

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ALICE BATISTA GUIMARÃES

MULHER EM PAPEL:
AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO CORREIO DE ARACAJU NO INÍCIO DO
SÉCULO XX (1906-1910)

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2022

ALICE BATISTA GUIMARÃES

MULHER EM PAPEL:
AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO CORREIO DE ARACAJU NO INÍCIO DO
SÉCULO XX (1906-1910)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2022

Este trabalho é um agradecimento aos meus avôs, José e Acelino (in memoriam) e às minhas avós, Angela e Aurora. Vocês, de um modo ou de outro, são os responsáveis pela minha curiosidade, meu gosto pela História e meu amor pela docência.

E, por isso, muito obrigada.

Agradecimentos

Acho que nunca devemos ser gananciosos com a felicidade ou tampouco considerá-la tão pequena a ponto de não poder ser dividida. Na verdade, todo o contentamento que expresso aqui só existe porque tenho com quem compartilhá-lo. Muitas pessoas me são caras, e isso por compreenderem e me acompanharem na jornada, fornecerem apoio, carinho e cuidado, além de boas doses de risadas ou de realidade sempre que necessário.

Meus pais, Aparecida e Acelino, são aqueles que primeiramente merecem o agradecimento. Obrigada por vibrarem a cada degrauzinho conquistado e por entenderem minha contrariedade em momentos críticos. Vocês são minhas primeiras e maiores inspirações de resiliência e de força. Meus irmãos e irmãs, os dez, *devem* ser lembrados, principalmente por terem aturado vários momentos de longas e detalhadas reclamações. Vovó Angela e Vovó Aurora, obrigada pelas orações. Elas me guiam e protegem até hoje. Vovô Dedéu e Vovô Acelino, agradeço por olharem por mim. E a todos os tios, tias e incontáveis primos e primas — mesmo os que ainda usam fralda —, sou grata pelo interesse, pelo carinho e pelo alívio que vocês me concederam em muitos momentos. Sou cria de uma família feliz. Isso é o que sempre importa mais.

Gabriel, meu parceiro para tudo, você provavelmente aguentou mais os efeitos dessa montanha-russa que foi a minha graduação. Provavelmente vou te agradecer pelo resto da minha vida, então se prepare. Flávia e Kico, obrigada por cada “quero sua opinião como ‘historiadora’” dito, pelas múltiplas piadas ruins e por me fazerem sempre sentir acolhida, em casa. Urso, Gato Preto, Raposa e Canarinho também foram essenciais nessa jornada, e realmente não sei se mais me ouviram reclamar ou mais me fizeram rir nesse processo. Lhais, Lorrane, Alana, Cardoso e Rayan são também as minhas pedras preciosas: guardo com carinho, principalmente pelas conversas sempre ótimas para remendar a mente exausta de uma aluna de História em pleno governo *daquele-que-não-deve-ser-nomeado*. E também tenho que agradecer a Keilinha, sempre preciosa em minha vida, um anjo lindo que está aqui para ser feliz, mas também para levar alegria para os outros.

Meus demais colegas de turma foram essenciais na hora de aliviarem alguns aperreios, assim como os queridos da Residência Pedagógica. E tenho que demonstrar minha gratidão por toda experiência vivida no Diretório Acadêmico Livre de História (DALH), em especial junto dos membros da Gestão Paulo Freire. Vocês foram essenciais no meu crescimento pessoal e me orgulho todos os dias das ações muitíssimo frutíferas que encabeçamos.

Não poderia passar sem agradecer a alguns professores importantes: Jairton e Diego pelas conversas, dicas sobre o curso e por terem me inspirado a ir atrás desse sonho. Tia Leila, também uma inspiração, pelos abraços cheios de amor e bênçãos, pelas aulas de pintura e por sempre torcer por mim. Agradeço a Chico — também conhecido pelo nome de Francisco José Alves — pelos conselhos, pela preocupação com meu futuro e minha felicidade. Ah! E também pelo chapéu que peguei na viagem em 2018. A Mônica agradeço por ser exemplo, por botar minhoquinhas de curiosidade na minha cabeça e pelas histórias divertidas; a Cleide pela história compartilhada na Residência Pedagógica, por me ajudar a me tornar uma professora melhor e por sempre me motivar a ensinar com amor. E, finalmente, agradeço também ao professor Fernando Sá, que teve a paciência de me orientar e a presença de espírito de apertar meu prazo para entregar esse trabalho.

Todas as mulheres que citei — e algumas mais além delas —, vale dizer, merecem um segundo agradecimento. Obrigada por me contarem suas histórias, por compartilharem memórias, ensinamentos, por serem exemplos nos quais posso me espelhar. Cada uma de vocês contribuiu, de uma forma ou de outra, para o meu crescimento como ser humano e como mulher, mas também para a motivação necessária para pensar, elaborar e executar esse trabalho. Estudei mulheres porque é com vocês que convivo, aprendo, ensino, sorrio e choro; precisava honrá-las. Estudei vocês como forma de entender a mim. Obrigada, obrigada e obrigada.

RESUMO

O presente trabalho investiga o imaginário a respeito das mulheres construído e veiculado durante a primeira década do século XX no jornal *Correio de Aracaju*. Para tanto, buscou-se compreender quais eram as representações vigentes sobre essas personagens, como eram operacionalizadas, com quais objetivos e em que tipos textuais elas se apresentavam. Foram analisadas as edições do periódico publicadas entre 1906 e 1910, enfocando elementos como anedotas, poemas, notícias e pequenas frases de efeito, destinadas a transmitir pensamentos correntes na sociedade do período. A partir da pesquisa, foi possível concluir que o imaginário transmitido no jornal refletia o pensamento e a ideologia de uma camada burguesa, a qual almejava construir uma sociedade moderna e higienizada, nos moldes da república que acabava de nascer. Assim, o trabalho identificou que os valores, noções e preconceitos da burguesia ajudaram a moldar visões sobre os modelos ideais e desviantes de mulher, os quais visavam manter o lugar, as expectativas e as funções sociais delegadas às personagens femininas.

Palavras-chave: História das Mulheres; Século XX; Representações; Correio de Aracaju.

RESUMEN

El presente trabajo investiga el imaginario a respecto de las mujeres construido y vehiculado durante la primera década del siglo XX, a partir del periódico Correio de Aracaju. Para esto, fue buscado comprender cuáles eran las representaciones vigentes sobre estos personajes, cómo se operativizaron, con cuáles objetivos y en qué tipos textuales se presentaron. Fueron analizadas las ediciones del periódico publicadas entre 1906 y 1910, centrándose en las anécdotas, poemas, noticias y pequeñas frases de efecto, destinadas a la transmisión de pensamientos vigentes en la sociedad de la época. De la investigación, se pudo concluir que el imaginario transmitido en el periódico reflejó el pensamiento y la ideología del grupo burgués, cuyo objetivo era construir una sociedad moderna y saneada, en la línea de la recién nacida república. Así pues, el trabajo identificó que los valores, nociones y prejuicios de la burguesía ayudaron a moldear visiones sobre los modelos ideales y desviados de mujeres, que estaban destinados a mantener el lugar, las expectativas y las funciones sociales delegadas a los personajes femeninos.

Palabras clave: Historia de las Mujeres; Siglo XX; Representaciones; Correio de Aracaju.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ENTRE O OUTRO E O SUJEITO: MULHERES, DISCURSOS E HISTÓRIA	8
3. A MULHER IDEAL E O IDEAL DE MULHER: AS REPRESENTAÇÕES NO CORREIO DE ARACAJU (1906-1910)	17
4. FEIAS, ASTUTAS E DESVIANTES: AS REPRESENTAÇÕES POUCO LISONJEIRAS DA MULHER	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
FONTES CONSULTADAS	69

1. INTRODUÇÃO

Ainda hoje a figura da mulher é alvo de noções que traduzem expectativas tidas pela sociedade, muitas vezes relacionadas a uma suposta inferioridade feminina, oriunda de sua natureza. No século XX, em especial nas décadas iniciais, essas noções eram sustentadas e propagadas pela classe dominante que acabara de se consolidar. Tal grupo, a burguesia, se apoiava no discurso médico e republicano higienista para circundar um ideal feminino e, por conseguinte, estabelecer normas sociais a serem seguidas. Nesse contexto, os jornais eram importantes veículos de divulgação das múltiplas representações burguesas sobre a mulher, utilizando-se de diversos tipos textuais para disseminar e fortalecer esse imaginário.

Tendo em consideração o exposto, este trabalho tem como objetivo primordial identificar quais eram as múltiplas representações divulgadas a respeito das personagens femininas, através do jornal *Correio de Aracaju*, entre os anos de 1906 e 1910. Além disso, figuram entre os objetivos específicos a compreensão de como tais representações eram operacionalizadas na sociedade, o entendimento sobre sua utilidade para a ideologia e classe dominantes e em que seções do periódico elas seriam apresentadas. A partir de tais intuits, almejou-se reunir fontes e bibliografia que pudessem solucionar o problema de pesquisa, o qual questiona como as representações femininas ajudaram a construir e/ou solidificar a dominação patriarcal, no período analisado.

Reconhecendo-se a emergência e a importância de trabalhar uma História das Mulheres, admite-se como relevante, também, o estudo sobre como as representações demonstram a construção e a força de valores, normas sociais e preconceitos, os quais, embora não necessariamente traduzam a realidade, se mantiveram desde o início do século XX até os dias atuais. Assim, nas palavras de Mary Del Priore (2004, p. 9), “trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, o grupo e o fato”, mostrando seus diálogos e articulações. Da mesma maneira, faz-se necessário persistir no estudo a partir dos periódicos, uma vez que são eles fontes riquíssimas para a compreensão de múltiplos olhares sobre um mesmo grupo ou personagem da História. Visa-se, enfim, contribuir para a composição gradual de uma historiografia sergipana voltada para o estudo das personagens femininas.

A principal fonte, o jornal *Correio de Aracaju*, entra em circulação a 24 de outubro de 1906 — data escolhida justamente por conta da emancipação política de Sergipe —, fundado pelo General Oliveira Valadão, chefe do Partido Republicano Sergipense no período, e sob a direção de João Menezes (ARAÚJO, 1993; CORREIO DE ARACAJU, 24 out. 1906, p. 1).

Publicado, semanalmente, durante o primeiro ano, constava comumente de notícias e editoriais de caráter político, muitas vezes, a respeito das atuações de políticos sergipanos. Trazia, ainda, telegramas, notícias internacionais e nacionais, sendo seções de destaque “Vida Social”, “Carnet do ‘Correio’”, “Cartas-Bilhetes”, “Política Nacional”, “Edital” e “Indicador”. Mais tarde, no ano seguinte, passou a circular em um ou dois dias da semana, obedecendo a um intervalo de três ou quatro dias entre cada novo número publicado. Manteve-se nessa periodicidade até 1909, quando passa a ser publicado três vezes na semana.

A escolha desse, entre tantos jornais disponíveis, reside no caráter republicano do periódico, o qual permitiu a investigação de como os ideais do novo regime seriam aplicados nos escritos divulgados. Além disso, o *Correio de Aracaju* traz uma boa variedade de seções, possibilitando uma análise mais ampla sobre como eram veiculadas as representações. A periodização da pesquisa (1906–1910), por sua vez, justifica-se tanto por conta do ano de início da circulação do periódico — um claro limitador da investigação — quanto no interesse por estudar a primeira década do século XX, a qual seria também um ponto de contato com o século XIX e as ideologias, valores e normas sociais que nele começaram a ser construídas e puderam se solidificar no século seguinte.

A metodologia do trabalho consistiu no estudo bibliográfico sobre o tema, bem como no levantamento e análise dos 434 números do *Correio de Aracaju* dispostos entre os anos de 1906 e 1910, digitalizadas e divulgadas no site do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)¹. A pesquisa se afunilou no sentido das seções “Gabinete de Riso”, dedicada a anedotas; “Pensamentos”, a qual trazia preceitos norteadores da vida social; “Recreio das Moças”, que se dedicava a versinhos e que se une aos poemas avulsos encontrados nos jornais; e, por fim, algumas poucas notícias consideradas relevantes para explicitar aspectos de uma ou outra representação sobre as mulheres. O trajeto por essas múltiplas linguagens permite maior e melhor entendimento das representações (EWALD et al., 2006) e de sua articulação nos diversos contextos a serem enfocados.

A estrutura, por sua vez, divide-se em três capítulos. O primeiro apresenta considerações sobre a visão recente da mulher como sujeito histórico e explicita teorias relevantes para a compreensão do lugar social anteriormente designado a ela. Em seguida, o segundo capítulo explicita, a partir da análise das fontes, as representações dominantes veiculadas pelo *Correio de Aracaju*, a respeito de um ideal de mulher a ser seguido. Por fim, o terceiro e último capítulo trata, também a partir da análise dos textos encontrados no

¹ Portal Jornais de Sergipe, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, contém digitalizações de jornais sergipanos de 1871 a 2004. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

periódico, dos modelos não ideais de mulher e que eram, portanto, rechaçados ou mesmo ridicularizados.

2. ENTRE O OUTRO E O SUJEITO: MULHERES, DISCURSOS E HISTÓRIA

É claro e evidente que, propondo-nos a compor mais um trabalho na área de História das Mulheres, e mais especificamente discutindo as visões sobre a mulher, importa que seja compreensível o fato de que a mulher, hodiernamente considerada como sujeito possível e capaz, nem sempre gozou de tal título ou posição. Ao longo das vivências do ser humano no curso do tempo, a mulher, em diversos momentos, localidades e culturas, foi relegada à casa, aos filhos e à família, sendo o homem o provedor, o movimentador da política, das empreitadas militares, do conhecimento científico e mesmo da cultura erudita. Evidentemente, esse fato acabaria por influenciar, inclusive, a historiografia, uma vez que, durante muito tempo, uma História voltada ao político, aos grandes acontecimentos e aos grandes *homens* foi predominante, havendo poucos momentos em que se pôde localizar uma exceção em favor das personagens femininas. Sendo deixadas ao lar, sem atuação política e militar, salvo algumas exceções, a mulher não era considerada sujeito capaz de influenciar nos rumos da história e, em muitos casos, não era vista como objeto de pesquisa, estudo e escrita da história.

Com efeito, é Jules Michelet, historiador enquadrado no romantismo francês, que foge à regra. Em *A Mulher* (1995), publicado originalmente em 1860, o historiador francês escreve sobre aquela que deveria ser a grande formadora da sociedade. Fixada em seu lugar social por ocasião de sua própria biologia, a mulher é descrita por Michelet como um ser destinado ao lar e dependente do homem, que é seu guardião, protetor e mesmo o mantenedor de sua própria vida, uma vez que a mulher não vive sem o homem (MICHELET, 1995). Nesse sentido, o autor elabora um estudo que acaba por ovacionar aquela dita como “mulher ideal”: a mãe devota aos filhos, à casa e ao marido; a donzela casadoira; enfim, aquela que é educada para e toma para si a responsabilidade de formar e cuidar dos cidadãos. A mãe ausente, mesmo que por razões de trabalho, seria fomentadora de grandes problemas sociais, tais quais a criminalidade, o uso de drogas ou mesmo a desordem sexual, uma vez que seria culpada de deixar abandonado o lar, local de formação da sociedade (MOREAU, 1995).

As moças solteiras e as viúvas, por sua vez, estariam em risco de uma vida trágica, uma vez que não teriam o propósito dignificador das demais e que, além disso, “tudo é dificuldade para uma mulher sozinha, tudo impasse ou precipício” (MICHELET, 1995, p. 24).

Nesse sentido, com uma vida de provações e sofrimento destinada àquelas que saíssem da régua delimitada, Michelet estuda a mulher a partir da perspectiva de que ela seria uma criatura do homem, para ele criada e para suas necessidades voltada. Assim, como aponta Therése Moreau, no crítico prefácio dessa mesma obra, Michelet propõe, em *A Mulher*, duas sociedades desiguais e complementares, em uma clara relação de dominação que se basearia em uma certa sexualidade, estabelecida entre esses dois opostos (MOREAU, 1995). A mulher é, então, *coisa* do homem, vista por sua ótica, sua servidora.

Muito embora esse autor ainda caia na querela da perspectiva masculina na escrita de seu livro, essa obra por si só é de extrema importância para compreender as expectativas a respeito da mulher, já apontadas anteriormente. Além de tudo, e talvez tão importante quanto, vale reconhecer que Michelet de fato escapa à linha da História tradicional em diversos outros escritos que se propôs a fazer, tais quais *O Amor* (1858), *As mulheres da revolução* (1854) e *A feiticeira* (1862). Todas são obras que fogem à perspectiva tradicional ao trazerem a lume a mulher, tendo uma visão que, como qualquer outro documento e estudo, deve ser encarada de forma crítica, ao mesmo tempo que valorizada no que tange sua contribuição.

Contudo, como já foi apontado, Jules Michelet de fato não representa a totalidade de seus colegas historiadores, e tampouco seus trabalhos sobre a mulher devem ser a medida para dizer que elas sempre tiveram a mesma importância que o homem no que se refere à historiografia. Com efeito, mesmo muito depois de tal autor, já com a revolução epistemológica provocada a partir de 1929 pela corrente historiográfica dos *Annales*, que questionava com veemência as temáticas tradicionais já citadas e propunha novas abordagens, não foi de imediato que as mulheres foram inseridas na historiografia, muito embora tenham sido impulsionados os caminhos para tal (SOIHET, 2007). É a partir dos anos 1960 que começa a ser reivindicada uma história das mulheres, em especial pelo movimento feminista, que desejava uma história que abordasse a participação das mulheres no tempo, bem como as origens da opressão, e que proporcionasse a devida inspiração para a ação reivindicativa que crescia no período (SCOTT, 1992). E com a emergência da história das mentalidades e da história cultural, que se valeram muito da interdisciplinaridade encorajada pelos *Annales*, o espaço dedicado aos estudos sobre as mulheres se expande.

A história cultural, em particular, se destaca. Distanciando-se de uma história do pensamento formal ou dos grandes pensadores — campo de interesse da chamada história das ideias —, volta-se para o informal e o popular, dando ênfase aos papéis das classes sociais e às diferenças entre elas, negando, portanto, a ideia de que o todo social possuiria, apesar de suas diferenciações interclasse, uma mentalidade homogênea, comum a todos (VAINFAS,

2007). Além de tudo, essa nova história cultural deixaria de lado algumas ideias que anteriormente nortearam o pensamento a respeito da cultura, a saber, (1) o entendimento de que ela seria mera integrante da superestrutura, (2) que se referiria apenas a um domínio das elites, (3) que seria produzida para o simples deleite do espírito ou, ainda, (4) que haveria oposição inconciliável entre os terrenos da cultura popular e o da erudita (PESAVENTO, 2007). A história cultural seria, enfim, um campo movido pela preocupação direcionada ao terreno do simbólico, buscando a compreensão das interpretações culturais dos seres humanos a respeito de sua própria vivência na história, ou, como já diria Roger Chartier (2002, p. 16), “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Analisa, portanto, os sentidos atribuídos aos mais diversos elementos das sociedades, que por si só já carregariam valores e significados que os definam e que são partilhados pelos atores sociais (PESAVENTO, 2007).

Nesse sentido, um conceito caríssimo à história cultural é o de representações coletivas, muitíssimo evocado por Roger Chartier (1991; 2002). Estudando esse conceito, o historiador compreende que a representação assinala uma relação entre um objeto ausente, também chamado de signo, e seus respectivos significados, ideias sobre ele concebidas. Essas ideias não são necessariamente fiéis ao signo, mas influenciam no modo como a realidade é percebida e reproduzida, ou seja, têm força mobilizadora e construtora de reconhecimento e legitimidade social (PESAVENTO, 2007). São, assim, construídas com base nos interesses do grupo que promove a sua construção, e tanto acabam por elaborar o imaginário a respeito do grupo ao qual se referem, quanto por produzir estratégias e práticas (CHARTIER, 2002) vistas nos mais diversos âmbitos sociais (religião, política, educação etc.), que ajudam a sustentar essas mesmas representações. São, portanto, segundo Chartier (1991, p. 183), “as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social”. Nesse sentido, os estudos das representações, longe de almejar atingir uma suposta “veracidade” de tais construções, buscariam a decifração e análise dos significados por elas produzidos e propagados.

Além desse conceito inicial, mais um vale a pena destacar. Seria ele o imaginário, entendido como um sistema, um conjunto articulado de ideias e imagens de representação coletiva construídos pelos seres humanos para dar sentido ao mundo (PESAVENTO, 2007). Assim, é um conceito que não escapa à sua dimensão social e histórica, uma vez que as construções de sentido a respeito do real estão intensamente conectadas ao período em que se desenvolvem, bem como ao contexto social. Além de tudo, o imaginário não se associaria apenas ao cotidiano, ligando-se também à dimensão do sonho, do não concreto, sendo apenas

mais uma dimensão do real — o qual é sempre o ponto de referência da construção imaginária do mundo, como aponta Sandra Pesavento (2007).

No campo da história das mulheres, ambos os conceitos são essenciais se considerarmos que muito do que foi escrito, dito e convencionado sobre e para as mulheres foi proveniente da perspectiva dos homens. Dessa maneira, muitos desses textos, dizeres e convenções sociais, de diversas épocas diferentes, trazem uma imensa gama de representações que compõem o imaginário a respeito da personagem feminina: como uma mulher deveria se comportar, quais seriam/deveriam ser suas aspirações, que tipos de trabalho lhe seriam ou não edificantes, quais seus papéis na sociedade ou até mesmo como sua aparência deveria ser — em termos de roupas, de uso dos cabelos ou de maquiagem, por exemplo. Assim, a partir de tais diretrizes, de um tal imaginário, as várias imagens de mulher acabaram sendo construídas pela sociedade ao longo do tempo, identificáveis em diversas fontes, sempre delimitando o que se pensava que a mulher poderia ou não poderia fazer ou ser.

Em verdade, tais delimitações sempre colocavam a mulher em oposição ao masculino, delimitando uma barreira que, ao fim e ao cabo, para nos utilizarmos de uma ideia de Simone de Beauvoir (2019), acaba por definir a mulher como o “Outro” em relação ao “Sujeito”, o homem. Assim, na relação de alteridade que é inerente ao ser humano, as mulheres são definidas e delimitadas a partir de uma perspectiva masculina. De maneira clara e evidente, vê-se aí a ideia das representações, ou seja, das construções do mundo social que, provenientes de um grupo, acabam por definir outro, organizando, deste modo, uma realidade. Assim, nesse contexto pautado por tal jogo de opostos, o homem é um ser bastante sexual — e nenhuma convenção social o impede de sê-lo. É ainda ligado à força e à agressividade, considerado impassível, movido pelo raciocínio lógico e que não se deixa conquistar pelas frivolidades femininas. É, por fim e por isso mesmo, destinado a dominar. Por outro lado, a mulher representa a fraqueza, a delicadeza, a sensibilidade, o aconchego que remete ao lar, além de estar associada à pureza, à devoção e à submissão. Ela seria a antítese de tudo aquilo que o homem é, e tudo que ele efetivamente deseja não ser, uma vez que, novamente nas palavras da própria Beauvoir “o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto” (2019, p. 14). Esta afirmação pode ser comprovada pelos escritos do já citado Michelet, o qual dedica um capítulo de *A Mulher* para a argumentação de que a mulher sozinha sequer é capaz de sobreviver, que dirá com dignidade. Nesse sentido, o autor assevera: “a mulher não vive sem o homem” (1995, p. 46), assim como a mãe precisa da criança. Sem ele, ela está fadada à ruína, à doença, à desonra e mesmo à morte — e isto ele defende com base na análise de cadáveres, considerando também

suas histórias pessoais. O homem, por outro lado, teria uma vida amarga com a ausência da mulher, mas sua própria existência, ainda assim, estaria assegurada.

Cabe aqui questionar, ainda, a razão para a existência dessa rede de construções a respeito das personagens femininas da sociedade. Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina* (2021), fala na “eternização do arbitrário”, argumentando que, na história, aquilo que se pensa como inato e eterno é, na verdade, produto de uma intensa atuação coletiva que caminhou — e caminha — no sentido de impor princípios de dominação. Nesse sentido, assim como Chartier evidencia a existência das representações e o fato de que várias estruturas sociais contribuem para sustentá-las, Bourdieu também aponta as instituições, tais quais a Igreja, a Escola, o Estado, a Família e todas as demais que, de um modo ou de outro, corroboram para o fomento e a perpetuação das visões e da condição da mulher em relação ao Sujeito.

Simone de Beauvoir (2019), por sua vez, assevera que essa relação de oposição, por escapar ao fato histórico, ou seja, por não ter uma origem datada e comprovada, adquire caráter absoluto, imiscuído nas diversas dimensões do social como composto natural e legítimo, inculcada nas mentes de dominantes e dominados e, como aponta Bourdieu (2021), isento da necessidade de justificação, uma vez que a ordem social em si basta para reforçá-la e perpetuá-la. A divisão entre os sexos, muito embora ressaltada por Beauvoir como um dado biológico, não se extingue em si própria, sendo, pelo contrário, utilizada para ao mesmo tempo compor e justificar a relação de dominação que se sustenta na sociedade patriarcal, na composição daquilo que Bourdieu chama de *habitus*, ou seja, uma “lei social incorporada” (2021, p. 88) nos costumes, nos modos de pensar, agir, perceber a si próprio e o mundo que o rodeia — ou, se assim podemos dizer, no imaginário. Assim, por exemplo, a mulher seria um ser de menor capacidade intelectual por conta de sua natureza biológica e por isso mesmo deveria se dedicar aos cuidados da casa e da família, deixando de lado as ciências e o conhecimento que poderiam conceder-lhe a oportunidade de aprendizado e de pôr à prova suas aptidões mentais. Essa biologização do social e socialização do biológico, nos termos do autor supracitado, trabalha de modo a naturalizar a primazia daquilo que se conhece por patriarcado, a estrutura social de dominação dos homens em relação às mulheres, que atua tanto no meio público quanto no privado, através de instituições e de indivíduos.

Considerando, então, o anteriormente exposto, é evidente que a proposição de uma história das mulheres tem como um de seus apoios a negação dos postulados da história tradicional, amparada principalmente nos novos e importantes conceitos trazidos pela história cultural. Do mesmo modo, há também a negação da personagem feminina como o “Outro”

perante o “Sujeito”, assim como da naturalização, com base nas diferenças entre os sexos biológicos, da dominação feminina. Em um mesmo sentido, há que se considerar, ainda, que a partir da expansão do espaço dedicado aos estudos sobre a mulher, tem-se então o vislumbre de uma ambiguidade, pontuada por Joan Scott (1992): a história das mulheres, ao mesmo tempo que é um suplemento à história tradicional, também se constitui como um deslocamento dela. Isso porque, ao eleger apenas os homens como sujeitos atuantes no tempo, a história se exime e se isola de outros agentes possíveis, restringindo seu campo de estudo e análise, sendo restrita, insuficiente, parcial. Contudo, ao inserir as mulheres na categoria de sujeitos, o campo dos estudos históricos se amplia, torna-se mais completo, mas ao mesmo tempo evidencia a necessidade da reescrita da história, agora a partir de uma nova visão que não somente a dos homens, e de se adotar uma postura que vá de encontro às suas tradicionais definições e agentes, que detinham o título de verdadeiros (SCOTT, 1992).

Muito embora, nos momentos iniciais de descoberta dessas novas sujeitas e objetos da história, a categoria “mulher” tenha sido utilizada de forma homogeneizante, supondo-se uma essência feminina única e impassível a alterações, logo se passou a visualizar a diferença entre essas personagens como problema de análise (SOIHET, 2007). Assim, em vez de uma história *da mulher*, o que acabou por se consolidar como campo de estudo foi a história *das mulheres*, reconhecendo as múltiplas identidades pautadas em diferentes raças, classes sociais e sexualidades. Esta, por si só, foi mais uma quebra de paradigma, uma vez que acaba com a ideia de uma identidade universal das mulheres, pautada evidentemente nas representações coletivas a seu respeito.

A implementação dos estudos sobre a história das mulheres pôs na ordem do dia, ainda, um conceito imprescindível para a análise, a saber, o conceito de gênero. Sua utilização provém das feministas estadunidenses que queriam focar as distinções baseadas na biologia humana, centralizando o debate nas organizações sociais que as estabeleciam e afastando-se do determinismo que se via com os termos “sexo” e “sexo biológico” (SOIHET, 2007; SCOTT, 1990). Muito embora as teóricas de diversas áreas apresentem definições distintas para essa categoria de análise, há consenso em se afirmar que gênero indica as construções sociais criadas sobre os papéis masculino e feminino ou, nas palavras de Heleieth Saffioti (2015), o conjunto de normas que modelam os seres humanos em homens e em mulheres, expressas nas relações entre essas categorias. Com efeito, Joan Scott (1990) de fato adere a essa definição, delimitando ainda os quatro elementos que se relacionam entre si na composição da ideia de gênero. Fala, então, em (1) representações múltiplas a respeito da mulher, delimitadas, por sua vez, por (2) conceitos normativos expressos nas mais diversas

instâncias da sociedade — religiosas, políticas, jurídicas etc. Segue argumentando que (3) o gênero não se restringe à esfera do privado, do doméstico, do parentesco, mas também nos campos da economia, da educação, da política etc. E, por fim, trata da (4) identidade subjetiva, evidenciando a utilização das diferenças entre os corpos sexuados visando legitimar as relações e construções sociais a respeito do que é ser homem e do que é ser mulher. A partir desses elementos, Scott aponta a relação recíproca e praticamente simbiótica existente entre gênero e relações sociais, visível principalmente através das representações e do imaginário coletivo.

Enfim, vale tratar, também, das fontes para a história das mulheres, que, como não poderia deixar de ser, também sofreram influência das construções sociais a respeito das personagens femininas, da visão da mulher como o “Outro” do homem. Compreendendo as fontes históricas como vestígios do passado produzidos pelos indivíduos, é importante pôr em perspectiva que a maioria desses rastros foi produzida por homens, mesmo aqueles que relatam a vida e as experiências de mulheres, o que influencia sobremaneira o teor do discurso a respeito de tais personagens. Os relatos a seu respeito normalmente obedecem e/ou confirmam as normas sociais, as representações aos quais elas foram submetidas e a partir das quais eram vistas, e impedem, certamente, o conhecimento a respeito de suas próprias perspectivas sobre suas vivências, aspirações, contrariedades e gostos. Não é à toa que, como evidencia Rachel Soihet (2007), haja maior ênfase, nos estudos históricos, nas análises a respeito do imaginário sobre as mulheres, das leis sociais a elas atribuídas e, quando muito, de lapsos de sua vida cotidiana à luz da ótica masculina.

Mesmo as fontes que de fato tenham a mulher como sua produtora, tais quais os diários, as cartas etc., podem permitir que seja apreendido o olhar do grupo dominante. Isso porque esses vestígios, produzidos por mulheres socializadas a partir de um pensamento determinista e fomentador do *habitus* que as mantinha em posição subalterna, não escapam ao contexto, à vivência ou mesmo ao indivíduo que os produz. Não se trata de dizer, no entanto, que o grande e único caminho para a compreensão e estudo da história das mulheres seja o das representações sobre elas construídas, mas sim de atestar a força da dominação masculina, que se vê até mesmo nos poucos documentos por elas próprias produzidos.

Contudo, como este é um estudo que envolve e adota o conceito de gênero trazido por Joan Scott (1990), o qual, sem dúvida, aborda as representações existentes sobre os dois grupos biológicos de seres humanos, certamente nos ateremos a essa ideia central, buscando nas fontes as manifestações dos ideais que se cultivava — alguns são cultivados até hoje,

mesmo que com menor intensidade ou adesão por parte da sociedade — sobre os papéis atribuídos às mulheres.

Como destaca Tânia Regina de Luca (2008), observa-se estreita relação entre a expansão dos horizontes das temáticas da pesquisa histórica e as novas possibilidades referentes às fontes para a investigação. Entre essas fontes possíveis, tem-se os jornais, importantíssimos para a compreensão das realidades e idealizações de uma época, uma vez que podem ser encarados como agentes que intervêm nos processos históricos ajudando a propagar discursos e ideologias, frequentemente de grupos dominantes (FERREIRA, MOREL, NEVES, 2006). Nesse sentido, como também argumenta Luca (1999), era ferramenta balizadora da moda, estilos, normas sociais e condutora das ideias de uma elite intelectual que, já no início do século XX, tomava para si a responsabilidade de guiar a nação para o futuro.

Durante longo tempo foram desconsiderados como resquícios adequados para a recuperação do passado, uma vez que imperava o pensamento de que a história deveria ser apreendida através de fontes neutras, objetivas e, portanto, entendidas como mais confiáveis para a pesquisa; os periódicos, longe disso, eram marcados por interesses, paixões, compromissos, fornecendo apenas recortes do cotidiano, alterados pela visão dos escritores e editores (LUCA, 2008). No entanto, é também a partir da virada historiográfica dos Annales que essa concepção passa a mudar, embora não tenha sido imediatamente que os preconceitos direcionados a uma história por meio dos jornais tenham se extinguido. Como os novos temas demandavam criatividade na pesquisa e na análise das fontes, os jornais indubitavelmente ganharam seu quinhão de importância, uma vez que, além de proporcionar o entendimento de diversos aspectos da sociedade — economia, política, demografia, vida social etc. —, concederam ao historiador a possibilidade de um vislumbre não do espírito de uma época, mas dos elementos, crenças, representações e problemáticas que a compunham. Partindo de uma história não mais presa ao político e disposta à exploração de novos problemas, visões, temáticas e fontes pouco a pouco os periódicos se tornaram importante fonte primária.

No campo da história das mulheres, essas fontes se comportam de diferentes maneiras a depender da época da qual falem. Com jornais mais atuais, já se vislumbra uma narrativa sobre a mulher escrita por mulheres, trazendo temáticas importantes para essa parcela da sociedade — ou, em diversos casos, para a sociedade como um todo, vale dizer —, suas opiniões, produções, interesses. Contudo, em se tratando de periódicos mais antigos, como é o caso dos do início do século XX, a serem analisados neste trabalho, o que se vê com mais frequência não são discursos de mulheres sobre/para mulheres, mas sim escritos que

demonstram o imaginário sobre elas construído. Esta é mais uma das fontes que se usa para conhecer as representações, os discursos, os significados, funções e papéis atribuídos à mulher, o que confirma o argumento de Soihet, anteriormente apresentado.

Deixando suficientemente de lado seus problemas — a exemplo da dificuldade de encontrar em tais periódicos a produção ou as opiniões de mulheres —, esses jornais são um prato cheio para a investigação minuciosa das visões sobre as personagens femininas da história, tanto por conta de sua quantidade e de sua variedade, quanto por conta dos vários campos que contém: quase qualquer jornal possui, além das notícias — que por si só já dizem muito —, seções dedicadas ao humor, aos folhetins, aos anúncios, à vida social, política ou cultural da sociedade que o produz. Com tal multiplicidade de abordagens, os periódicos fornecem não apenas uma preciosa quantidade de informação sobre um determinado período, como também suscitam delicadas e intrincadas análises, em especial das representações. Acabam funcionando como uma espécie de fotografia escrita do passado, obviamente capturada a partir da intenção do fotógrafo, mas ainda assim importante para o vislumbre de uma parte do momento que se quis registrar.

Enfim, tendo em vista o exposto, sob a perspectiva da história cultural e da história das mulheres, aplicaremos o conceito de representações no presente estudo, buscando o entendimento de como elas eram vistas na sociedade aracaçuana do início do século XX, particularmente entre os anos de 1906 e 1910. Muito embora esse seja conhecido como o “século das mulheres” devido à velocidade das transformações propiciadas às vivências femininas (PEDRO, PINSKY, 2020, p. 10), este trabalho tem o objetivo de verificar quais representações e qual o imaginário coletivo que se mantinha, naquele período, a respeito das mulheres e que, em alguns aspectos, permanece latente, ainda que já mais apagado e sutil, até os dias de hoje.

Nesse sentido, é possível partir à investigação e análise das fontes, a fim de descobrir quais são as representações e o imaginário construído sobre as figuras femininas. No capítulo seguinte, veremos aquela que seria a “mulher ideal”.

3. A MULHER IDEAL E O IDEAL DE MULHER: AS REPRESENTAÇÕES NO *CORREIO DE ARACAJU* (1906-1910)

Tratando agora das representações sobre a mulher encontradas nos periódicos, há que se considerar o período no qual está inscrito esse imaginário. Muito embora o século XX tenha a honrosa alcunha de “século das mulheres”, tal qual apontam Pinsky e Pedro (2020, p. 10), é necessário reconhecer que seu início, marcado em suas duas primeiras décadas pela *belle époque* (1871-1930), ainda foi profundamente influenciado pelo ideal burguês que começara a se consolidar no século anterior e, agora, instaurava-se estavelmente.

A fixação desta nova ordem, que aspirava à civildade e à modernidade, implicou na implantação de medidas que visavam a modernização do espaço e da vida social, o que certamente influenciou pesadamente na organização das famílias, na classificação e delimitação do trabalho e, também, no comportamento e no papel almejados e atribuídos às mulheres (SOIHET, 2004). Nesse sentido, para as mulheres, esse período inicial do século XX pode ser enquadrado naquela que Carla Pinsky (2020) chama de Era dos Modelos Rígidos, a qual compreende os primeiros 50 anos. É nela que são fixadas as bases dos modelos de feminilidade que vigoraram à época e que passariam a ser contestados na Era dos Modelos Flexíveis — e continuam a ser contestados até hoje. Forma-se, assim, o mito do eterno feminino (BUITONI, 2009) que, justamente por ser eterno, é a-histórico, adquirindo uma espécie de selo que o classifica como uma lei natural e, portanto, imutável.

Os jornais são de grande importância na divulgação das aspirações modernas para a sociedade, atingindo, principalmente, a camada burguesa, que fortificava e almejava a consolidação desse projeto civilizador, em um período em que já eram vistos como importante veículo cultural para a diminuta parcela alfabetizada da população (PEDRO, 2004). Não é errado dizer, portanto, que muito embora o discurso de modernidade fosse divulgado para as diversas camadas e elas mesmas o absorvessem e acabassem por reproduzi-lo, era com a burguesia que ele melhor se comunicava, tanto por conta do alcance dos jornais quanto em razão do ideal compartilhado. Assim, nesse sentido, a mulher burguesa se viu numa intrincada rede de significados e representações que, com base nessa nova mentalidade que se consolidava, era reforçada e divulgada através da imprensa, a “caixa de ressonância”

que ajudou a moldar um ideal sobre a mulher (PINSKY, 2020, p. 472) e, por conseguinte, a construir uma personagem sem rosto e em uma roupagem homogeneizante: a mulher ideal.²

Este modelo nortearia toda a vida das mulheres, desde a infância até a velhice, a partir de um discurso de uma suposta “natureza feminina” — a qual, como já se argumentou, é oposta à do homem. Assim, toda a vivência feminina teria seus significados atribuídos a partir de seu suposto destino fisiológico (BEAUVOIR, 2019), o qual designaria seu lugar no mundo, bem como suas características e funções sociais, estabelecendo classificações específicas de acordo com a fase da vida em que se encontrassem. Nesse sentido, seguindo uma trajetória cronológica, a primeira fase a ser analisada é justamente a dos primeiros anos, identificando a mulher jovem e as representações sobre ela construídas.

Sabendo-se que o projeto modernizador elaborado e executado pela burguesia pensava a mulher como necessária ao lar, ao marido e aos filhos, o discurso médico acabou se tornando ferramenta imprescindível para a construção de um imaginário sobre o feminino que reforçasse tal pensamento e o recobrisse sob a guarda da ciência, o que acabaria por transformar o arbitrário cultural em algo oriundo da natureza (BOURDIEU, 2021). Sob esta ótica evidentemente masculina, então, vê-se que todas as características morais e emocionais da mulher resultariam de sua fragilidade biológica em relação ao homem sendo ela naturalmente frágil, fraca, sensível — física, moral e emocionalmente falando —, além de passiva (SOIHET, 2004). Seria, portanto, inapta para a dominação, tarefa naturalmente delegada ao homem, mas a candidata perfeita para os papéis de esposa e mãe, nos quais viveria para amar e ser amada (CHALHOUB, 2012), bem como para servir ao homem e por ele ser protegido, sempre na posição de submissa. Nesse sentido, boa parte das representações de mulher, mesmo na infância, assumiriam certo caráter teleológico, no qual o fim último seria a fidelidade e dedicação abnegada a marido e filhos, um destino que, segundo se alegava, estaria intimamente associado com o amor. Vejamos:

A mulher conforme a idade

Aos 12 anos, é crisalida que espera a luz do amor para tornar-se uma doirada borboleta.

Aos 13 é um poema lyrico, a que falta a ultima estrophe. [...]

² Importa dar atenção ao fato de que este era o imaginário da classe dominante a respeito da mulher. Contudo, obras como *Trabalho, lar e botequim* (CHALHOUB, 2012), *Meninas perdidas* (ESTEVES, 1989) e *Do cabaré ao lar* (RAGO, 1985) apresentam as visões dissonantes que existiam e se faziam ver na sociedade. Põem em evidência, portanto, a mulher da classe trabalhadora, a qual desviava das expectativas sociais ao trabalhar fora de casa — seja na fábrica, como operária, ou na rua, como lavadeira, vendedora etc. —, exercer sua sexualidade fora do casamento, estabelecer postura desafiadora perante o homem ou mesmo ao viver “amasiada”, ou seja, unida sem união legal ou religiosa com o parceiro.

Aos 15 é um astro, em torno do qual rodopiam a graça, a harmonia e o amor.
 Aos 16 é uma estátua de madona que procura o coração do homem para delle fazer o seu altar.
 Aos 17 é um cofre adamantino que guarda “algumas joias”. [...]
 (CORREIO DE ARACAJU, 16 fev. 1910, p. 2)

Identifica-se sem esforço, já nesse pequeno trecho colhido no *Correio de Aracaju*, que a vida da mulher evidentemente revolveria em torno do amor e para ele se voltaria. Colocando-a como crisálida, ou seja, como o estado intermediário que precede a metamorfose, ou como um poema a concluir-se, compreende-se a mulher jovem como um ser incompleto, inconcluso. Sua transformação e completude se iniciaria a partir do amor de um homem, este capaz de retirá-la de seu estado de “estátua de madona”, casulo preparador ou ainda “cofre adamantino”. Por sua vez, as joias que a menina guardaria seriam, justamente, a graça, a harmonia e o amor, concedidos posteriormente àquele a quem ela ama, cujo coração venera e está em um altar. Nesse sentido, a mulher é, a um só tempo, idólatra do homem e carecente dele.

Nas palavras de Simone de Beauvoir (2019, p. 75), para esta menina o presente é apenas transição: “sua juventude consome-se na espera. Ela aguarda o Homem.” Sua imagem é construída aludindo à passividade. Ela, de fato, carregaria a beleza, o “capital na troca amorosa ou na conquista matrimonial” (PERROT, 2008, p. 50), mas às custas de manter para si um papel passivo de seduzida, de alvo a atingir. É, então, “crystalida que espera”, astro imóvel, estátua, todos elementos fixos no espaço. E sem a chegada do homem não vira borboleta, não apresenta joias, não tem a quem devotar-se e, portanto, não tem propósito e acaba condenada a uma existência de imobilidade. O homem, nesse sentido, é o que a conduz e permite que a mulher cumpra seu destino. Com ele, pode, enfim, realizar-se como esposa e mãe e garantir um futuro com a honrosa carreira do casamento (BEAUVOIR, 2019), assim como é do interesse da sociedade na qual está inserida.

Ainda nesse mesmo trecho, é possível notar a comparação poética da mulher e de seus atributos àquilo que é belo, seja um poema, uma estátua ou algumas belas joias, e que, em diversos casos, provém da natureza, tal qual a borboleta. Esta feminilidade constantemente relacionada ao belo, ao delicado e ao perfeito também evoca a fragilidade e sensibilidade apontadas pela ciência médica. E a evocação de elementos da natureza insinuaria que a mulher seria, na verdade, o que há de melhor no universo (BUITONI, 2009), podendo ser comparada a tudo que é belo e perfeito. Também eram frequentes, como se pode ver a seguir, a associação às flores e seus perfumes, o que também alude ao pensamento de que a mulher deveria ser logo “colhida” pelo homem, tornando-se rainha de seu próprio jardim, a casa, até

murchar (SANT'ANNA, 2020). A associação a anjos, também apresentada nos versinhos seguintes, evidenciaria mais claramente o caráter imaginário, quimérico, das concepções tidas sobre a mulher. Os anjos, sendo seres transcendentais, seriam modelo — praticamente inatingível, deve-se ressaltar — de pureza, perfeição e castidade, mas também, considerando uma perspectiva ligeiramente subversiva, de deferência e submissão a um senhor.

Recreio das moças

Pretos cabelos ondeantes,
E feições angelicaes,
É como as rosas fragantes
Dos pomares tropicais.
Pretos cabellos ondeantes
E feições angelicaes.
[...]
Olhos castanhos e doces
Branca da cor dos jasmins,
Sempre cuidei que tu fosses
Princesa dos cherubins.
Olhos castanhos e doces
E fragil como alecrins.

(CORREIO DE ARACAJU, 13 jan. 1907, p. 3)

A comparação com os querubins associa-se também, por outro lado, à pura e simples beleza das moças, tida como um dom divino no início do século (SANT'ANNA, 2020), o que pode ser identificado a seguir. Os poemas, como se vê, eram especial recurso na exaltação da beleza feminina, reforçando sua associação com uma devoção e amor possíveis, além de serem responsáveis por exaltar os ideais de beleza tidos no período. Muito embora vários deles remontassem a outras temporalidades, o fato de serem divulgados ainda no século XX permite inferir que o ideal que propagavam se mantinha em voga.

Chiquita Mannequim (Homero de Oliveira)³

Tudo em torno de ti move e se agita.
O sol com os raios seus forma a moldura
Onde brilha, em relevo, a formosura
Dos teus traços gentis, bella Chiquita.
Mas ah! se a natureza, assim, descripta,
Me faz crer que do Ceu tu és feita,
Não sente ela por ti essa doçura
Que sente o coração que, aqui, palpita.
(CORREIO DE ARACAJU, 8 mai. 1907, p. 1)

³ Natural de Recife, Homero de Oliveira (1858-1910) foi poeta, advogado, político e desembargador. Sua família, contudo, era oriunda de Laranjeiras, Sergipe. Atuou na Assembleia Constituinte de 1891 e como relator do Projeto de Constituição do Estado de Sergipe, promulgado em 1890. SÉRIE biografia dos Desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe. **Serigy**: a história de um povo, 2008. Disponível em: http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=329&titulo=biblioteca_virtual

A beleza era, ainda, associada ao caráter das moças. Os “traços gentis” de que fala o eu-lírico do poema, aos quais eram atribuídas características etéreas, divinas, apresentavam-se muitas vezes como certificado incontestável da bondade, pureza e da educação — no sentido de civilidade — da mulher admirada. “É a bondade que te faz formosa/ Que a alma divinisa e transfigura/ É a bondade a rosa da ternura/ Que te perfuma com perfume a rosa.” (CORREIO DE ARACAJU, 7 nov. 1907, p. 1). O poema publicado no periódico, de autoria de Cruz e Sousa⁴, não apenas retoma as associações a elementos belos, tais quais as rosas, como também assinala a bondade como fomentadora da beleza da pessoa retratada. Também advogando pela importância da beleza, diz-se na seção “Pensamentos”: “uma mulher honesta e bonita é duas vezes honesta” (CORREIO DE ARACAJU, 8 abr. 1910, p. 1). Ou seja, nessa perspectiva, a formosura age como potencializadora das qualidades da felizarda que a possui.

O olhar da amada também não passava despercebido para os que cantavam sua beleza:

Soneto (Claudio Manoel da Costa)⁵

Estes olhos são da minha amada:
Que belos, que gentis e que formosos!
Não são para os mortaes tão preciosos
Os doces frutos da estação doirada.
[...]
Vinde, olhos bellos, e emfim trazendo
Do rosto de meu bem as prendas bellas,
Dai allivio ao mal que estou gemendo...

Mas, oh delirio meu, que me atropellas!
Os olhos, que cuidei que estava vendo,
Eram, quem crêra tal! duas estrellas...
(CORREIO DE ARACAJU, 6 jun. 1909, p. 1)

Aqui, há mais uma vez a associação dos atributos físicos da mulher amada às qualidades que ela possuiria. Seu olhar, descrito como belo e formoso, seria ainda gentil e possuiria a capacidade redentora de aliviar os males do admirador, em mais uma característica que pode ser associada a alguma habilidade divina ou santa. Por fim, o eu-lírico arremata o poema dizendo que, na verdade, o que via não eram os olhos da moça, mas sim duas estrelas, tornando possível a interpretação de que ele se confunde por conta do brilho que ambos

⁴ João da Cruz e Sousa (1861–1898) foi um poeta negro, filho de escravos alforriados. Conhecido pelas alcunhas de Cisne Negro e Dante Negro, teve grande expressividade na vertente simbolista. CRUZ e Sousa. **Literafro**, 2022. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/206-cruz-e-sousa>

⁵ Cláudio Manuel da Costa (1729–1789) foi um advogado e poeta brasileiro, atuante na Inconfidência Mineira. CLAUDIO Manuel da Costa. **Academia Brasileira de Letras**, s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/claudio-manoel-da-costa/biografia>

emanariam. Este brilho, mais uma comprovação da beleza singular da mulher admirada, é também mais uma comparação de uma característica feminina a um elemento presente no universo e, portanto, ajuda a reforçar a ideia da beleza — dos olhos, nesse caso — como algo proveniente da natureza, como dom quase divino.

As personagens ditas como feias, por outro lado, eram associadas a toda sorte de tristes defeitos. Como é trazido na seção “Pensamentos” (CORREIO DE ARACAJU, 30 abr. 1908, p. 1), “em geral as mulheres invejosas e falladeiras são feias de corpos, têm as pernas tortas e finas e são quasi sempre enjoadas”. Além da pluralidade de defeitos expressos no curto trecho, vê-se também o ideal de beleza que se conservava: a mulher deveria ter, além de um belo rosto, um belo corpo, o que implicava, segundo o exposto, em não ter pernas tortas e finas. E sendo a formosura a moeda corrente no mercado casamenteiro, a feiura não era um direito, e aquelas que a “conservavam” caíam em desgraça (PERROT, 2008).

Este fato, evidenciador da dominação masculina, permite que se compreenda o que argumenta Bourdieu (2021), que entende que as mulheres são encaradas como “seres-percebidos” e, exatamente por isso, estariam submetidas a um *habitus* que lhes incutiria uma dependência simbólica. Esta, por sua vez, redundaria na ideia de que as mulheres existiriam para o outro, para o olhar do outro, e por isso deveriam obedecer às expectativas impostas sobre elas e seus corpos. Aquela que não se encaixe nos moldes de feminilidade, sejam aqueles relacionados ao físico ou ao comportamento, vê e vive o próprio corpo com desagrado (BOURDIEU, 2021), uma vez que o que experiencia é o claro e agressivo distanciamento do corpo real e daquele que é idealizado, além da represália social visível na seção apresentada anteriormente. A mulher tida como feia desobedece a um padrão, a uma lei social incorporada e reproduzida largamente: não atrai; não possui capital no universo do casamento; e, ainda, tem a má aparência como certificado incontestado de sua fealdade interior. É uma desviante e é por isso rechaçada.

A beleza era, ainda, associada a outras partes do corpo que não o rosto. Em poema de Virgílio Vidigal⁶ publicado no *Correio de Aracaju* (24 out. 1906, p. 4), é o pé da moça que recebe a atenção, apresentada por devidos e rasgados elogios. “Mimoso e delicado”, “fransino”, além de perfumado e tão macio como cetim, o pé da mulher amada representa um martírio para o eu-lírico, uma vez que este não pode dedicar-lhe os carinhos que deseja. Além de tudo, o poema ainda compara-o ao pé da Virgem Maria, símbolo de pureza, castidade e

⁶ Poeta simbolista nascido na Freguesia de São Pedro do Cachoeiro, hoje Cachoeiro do Itapemirim (ES). Não foi possível averiguar com exatidão as datas de seu nascimento e morte. Publicou seu primeiro livro de poesias em 1886. ROCHA, Levy. Virgílio Vidigal. **Morro do Moreno**, 2021. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/virgilio-vidigal-por-levy-rocha.html>

fidelidade. Nos versos de *Emfim*, de Alberto de Oliveira⁷ (CORREIO DE ARACAJU, 14 mar. 1907, p. 1), por sua vez, o admirador pede ao mundo que lhe prestem atenção, uma vez que deseja alardear a felicidade que teve ao apertar a mão da moça que corteja. Em *Pizzicatti*, de Belmiro Braga⁸ (CORREIO DE ARACAJU, 18 fev. 1909, p. 1), o que causa a felicidade do eu-lírico é um beijo, primeiro na luva e em seguida na própria mão. Descritas a partir do uso de termos como “mãosinha”, “de jaspe, de neve”, “marfim” e “alvura”, além de haver a comparação com um floco de algodão, os autores deixam clara a cor das pretendentes — evidentemente branca —, que representaria o padrão de beleza da época, uma vez que ambas as mãos são associadas à perfeição. Além disso, dão pistas da condição social das mulheres desejadas, que muito possivelmente estaria ligada à burguesia, seja ela alta ou baixa.

Essa quase idolatria aos pés e mãos femininos remontaria ainda ao século XIX, no qual, entre as restrições dos vestidos, eram as extremidades que tinham o papel de objetos de desejo (PRIORE, 2006). É justo esse aspecto da atração física direcionada, além de ávida por descobrir mais do corpo da amada, que se vê expresso de modo claro no poema de Vidigal: “Que vale um pé? — pergunta caprichosa — / E, entretanto, nem sabes Margarida / Que é pelo aroma que conheço a rosa / E é pelo gôso que conheço a vida” (CORREIO DE ARACAJU, 24 out. 1906, p. 4). Evidentemente, ter pés e mãos embebidos em caráter erótico implicava em padrões específicos a serem delimitados para estas partes do corpo e que acabavam sendo denúncias da posição ocupada pela amada na sociedade. Enquanto os pés deveriam ser pequenos, moldados aos sapatos, as mãos deveriam ser longas, com dedos finos — e os dois deveriam ter maciez e delicadeza exemplares. Ambos eram um emblema de uma camada social que não se dedicava a trabalhos braçais e, assim, não apresentava calos ou imperfeições de qualquer tipo causadas por ocupações desgastantes ou por longos períodos dedicados a caminhadas (PRIORE, 2006). Seriam, portanto, espelho de um “nó”, uma estrutura de poder composta pelas ordens de gênero, de raça e de classe social, nos dizeres de Saffioti (2015). Nesse sentido, o corpo feminino atuava como mecanismo de transmissão de tradições (SAFFIOTI, 2015), uma vez que o pensamento dominante masculino, branco e burguês delimitava o ideal, o desejado, moldando padrões e contribuindo para o estabelecimento de uma normativa sobre estes corpos: a beleza era excessivamente restrita.

⁷ Antônio Mariano Alberto de Oliveira (1857–1937) foi um professor, farmacêutico e poeta brasileiro, vinculado principalmente ao parnasianismo. Foi, também, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. ALBERTO de Oliveira. **Academia Brasileira de Letras**, s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/alberto-de-oliveira/biografia>

⁸ Belmiro Ferreira Braga (1872–1937), natural de Vargem Grande, atual Belmiro Braga, foi um poeta e membro da Academia Mineira de Letras. MIRANDA, Antonio. Belmiro Braga. **Antonio Miranda**, 2010. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/minas_gerais/belmiro_braga.html

Por fim, ainda nessa fase da vida feminina, a castidade era mais uma importante moeda no mercado simbólico, uma vez que a sexualidade era critério da mais singular importância na hora de atribuir significados e organizar as representações que se tinha sobre as mulheres. De fato, o jogo de opostos existia, confundindo as mulheres com o próprio sexo biológico, tornando-as cativas dele (PERROT, 2005), de modo que a virgindade se tornava selo classificatório e o diferencial das moças honestas e bem cotadas para o consórcio matrimonial. Portanto, em uma dicotomia marcada por “castas” e “pecadoras”, ou ainda “Marias” e Evas” (PINSKY, 2020), uma era o modelo de fidelidade, fé e devotamento — não só a Deus, mas também ao filho que nascia — a ser seguido, e outra a perversora que desonrava e condenada todas as mulheres ao silêncio do arrependimento e à dor do pecado (PERROT, 2005), devendo ser eternamente rechaçada. Nesse sentido, este imaginário muito divulgado pela Igreja e ratificado pelo restante das instituições sociais é sacralizado ao mesmo tempo que laicizado (PERROT, 2008), em uma tentativa coletiva de manter um ideal feminino de pureza que, na realidade, era pura coerção em prol do Sujeito social, o homem.

Assim, Olympio Fernandes⁹ em *Olhos* (CORREIO DE ARACAJU, 23 mai. 1909, p. 1), se presta a responder a uma pergunta: “a que compara o senhor os olhos de sua amada?”. Diz, primeiro, que amou muitos olhos, deles “bebendo fulgores” e “suportando guerra”, mas que, agora, os olhos que o *guiam*, ou seja, que lhe servem de base moral e lhe indicam o caminho da retidão, se comparam não ao céu, mas sim à própria mãe de Deus. Nesse sentido, a poesia se apresenta como meio pelo qual é reproduzido o discurso de pureza que se associa à imagem casta de Maria, ajudando a solidificar o imaginário que se construiria com base nessa figura que, mesmo dando à luz ao menino Jesus, segundo dizem as escrituras, concebeu-o sem pecado, virgem. A comparação aos olhos dessa mulher ideal funciona, dessa forma, como a confirmação de um modelo que se via necessário.

Uma vez que a mulher é prisioneira de seu próprio corpo, obedece a seus influxos, mal-estares, sangramentos — é, em suma, uma eterna enferma e, portanto, necessita de eternos cuidados (MOREAU, 1993). Cercada por uma eterna suspeita relacionada a seu sexo, ao mesmo tempo em que era apontada como frígida em relação ao ato sexual, era submetida à cruel possibilidade da histeria, doença caracterizada por instabilidade, imprevisibilidade e a manifestação de uma sexualidade exacerbada, que escapava ao controle do médico (ENGEL, 2004), mas também de toda uma sociedade que a desejava regular. Ora, o imaginário que

⁹ Olympio Fernandes da Silva foi um juiz e poeta alagoano. Não foi possível encontrar informações sobre seu nascimento e morte. POETAS alagoanos. **Blog do Etevaldo**, s. d. Disponível em: <http://blogdoetevaldo.blogspot.com/p/a-poesia-de-alagoas.html>

rodeava a figura de Maria, exaltada como modelo, destacava sua condição de mãe e virgem, sem a mácula do pecado carnal, o que reforçava o discurso de que a sexualidade feminina deveria ser exercida exclusivamente para a maternidade. Caso saísse dessa esfera, exacerbando-se além dos deveres reprodutores necessários, era vista como desviante, encarada com temor (PERROT, 2008), patologizada a partir da justificativa do corpo doente da mulher.

Tendo em vista o exposto, a vigilância da sexualidade feminina era prática corrente no período, visando proteger as mulheres ao mesmo tempo que controlá-las (PINSKY, 2020), mas também atuando com o sutil interesse de manter a honra familiar. Assim, inicialmente submetida à autoridade do pai ou mesmo dos irmãos mais velhos, a mulher era transferida para a guarda do marido assim que se casava, sendo sua virgindade “um objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantiria linhagem da parentela” (D’INCAO, 2004). A partir do discurso da honra, suplantado pelas justificativas pseudocientíficas que delimitavam o sexo no interior do casamento, garantia-se ao homem a certeza de ser o pai de sua prole (ROCHA-COUTINHO, 1994). Em outras palavras, a virgindade era o capital que dava garantia inconfundível não apenas da honra e do prestígio da mulher, mas também — e talvez em especial — que assegurava a integridade da instituição familiar patriarcal.

Isto se percebe clara e vividamente através de uma notável anedota, na qual um pai, ultrajado por sua filha ter sido seduzida, vai enfrentar aquele que a tirou do caminho da retidão e diz: “Infame! Roubou-me o capital da minha filha: a honra!”. O sedutor, por sua vez, responde que o infeliz pai o poderia revistar (CORREIO DE ARACAJU, 27 nov. 1910, p. 1). Ou seja, a virgindade era equivalente à honra e ao valor social da moça casadoira; uma vez que se perdesse, a menina virava um “produto sem valor”, usado e que, portanto, não servia para o casamento ou para o sacro dever da maternidade.

Vejamos, portanto, os retratos da virgem no periódico estudado:

A noiva (Luís Guimarães)¹⁰

Eu não senti essa cruel vertigem
Que abrasa o sangue ante a mulher amada,
Senti cobrir-me o albor da madrugada
Quando, a tremer, tu me sorrreste, oh virgem!

¹⁰ Luís Caetano Pereira Guimarães Júnior, poeta, diplomata, contista, romancista e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro em 1847, e faleceu em Lisboa, Portugal, no ano de 1898. Sua obra transitou entre o romantismo e o parnasianismo, garantindo-lhe a cadeira de número 31 na Academia Brasileira de Letras quando de sua fundação. LUÍS Guimarães Júnior. **Academia Brasileira de Letras**, s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/luis-guimaraes-junior/biografia>

Eu não senti a tentação que encanta
 E faz crescer o rol dos pecadores,
 Senti minha alma se alastrar de flôres
 Quando a teus pés me permitiste, oh santa!

E soube enfim quanto se exulta e gosa,
 E como Deus enroupa uma alma nua
 Oh prometida e desejada esposa,

Quando entre os véus que o amor fluctua,
 Tu me disseste candida, medrosa,
 Toda banhada de rubor: “sou tua”.
 (CORREIO DE ARACAJU, 22 jul. 1910, p. 1).

O poema em questão aponta o enorme contentamento do eu-lírico com sua amada, agora tornada esposa, que é louvada não só pelo amor que ele lhe tem e a felicidade pelo casamento, mas principalmente por sua pureza e pelos atributos que dela se originam. Percebe-se que o casório se deu recentemente, estando ela ainda sob os véus e tímida perante o homem com quem se uniu, o que se nota pela candura e pelo medo retratados. Contudo, o que verdadeiramente chama a atenção é o último verso, no qual a moça, “banhada de rubor”, dá o arremate do poema: diz que pertence ao marido. Vê-se, aí, a vigência mesma do ideal da virgem, que apenas sai da casa paterna quando se casa, entregando-se inteiramente àquele que supostamente ama. Novamente, vale apontar a representação da mulher em espera do homem, dependente dele, e que a ele idolatraria, tornando-se, ainda mais e por fim, sua posse. É a conquista da virgindade da mulher que assinala, portanto, o pleno domínio do marido sobre ela.

O casamento, contudo, compondo o destino delegado à mulher e lhe servindo como instituição protetora da pureza e de sua honra, vinha também com uma série de responsabilidades para a jovem esposa, as quais eram consideradas por muitos, naquele período, a base para o sucesso de uma família. Uma vez que ela vivera a primeira juventude à espera do marido, e que a ele se entregara na noite de núpcias, certificando-lhe de sua posse, era a este homem que deveria servir pelo restante — o que também compreendia a maior parte — de sua vida. Antes de ser mãe, era do marido que deveria cuidar.

É o já mencionado Michelet (1995, p. 100) que alega que a mulher, desde pequena, escolhe para sua diversão os brinquedos que sejam miniaturas de utensílios domésticos, em uma espécie de pressentimento de um dever futuro: o de servir, alimentar o homem, refazendo suas forças desgastadas pelo dia a dia exaustivo. Seria este um “elevado dever, dever sagrado!”, segundo o historiador, que, ao mesmo tempo que eleva a posição ocupada pela mulher na dinâmica doméstica, o faz em prol do homem, o real beneficiado por suas ações.

Concorda com o *Correio de Aracaju* (9 ago. 1908, p. 1), que defende que “em uma mulher completa, deve haver uma rainha e uma criada”. Ela comanda o lar, mas o faz para o marido, que possui incontestavelmente o posto de verdadeiro Sujeito, de rei e comandante. O mesmo se repete na arrumação da casa, que demandaria “asseio mais apurado e relativa habilidade” (MICHELET, 1995, p. 102), e no cuidado com o jardim, relacionado à alimentação e saúde da família, que também é responsabilidade da dona de casa.

Não é à toa, então, que a educação feminina, que tem grande força no século XIX, se reproduz no início do século XX como um recurso para formar donas de casa competentes. Nas palavras de Perrot (2008), o que se empreende para estas personagens é uma instrução que visa o social, incentivando as virtudes e utilidades potenciais da mulher, formando-a para os papéis que futuramente assumiriam. O *Correio de Aracaju*, que visivelmente busca exercer seu papel republicano e incentivar o cultivo das qualidades e habilidades necessárias e aceitáveis nesse regime, divulgava, constantemente, anúncios de escolas primárias, além de, ao final do ano, publicar artigos elogiosos à sua atuação no sentido da formação das mocinhas das famílias respeitáveis. Em escritos do periódico, constam as disciplinas aprendidas pelas jovens: português e francês eram evidentemente requeridas, juntamente com aritmética, pedagogia e história do Brasil (CORREIO DE ARACAJU, 5 dez. 1907, p. 2). A aplicação destas disciplinas diz muito do que se esperava: uma mulher instruída não apenas na linguagem, necessária nos espaços públicos, mas também preparada para gerir o lar e cuidar dos futuros filhos, além de conhecer o suficiente da história do país para valorizá-lo a partir de um sentimento de patriotismo, o qual deveria ser passado à prole. Acrescente-se também a este rol o aprendizado das “sciencias physicas e naturaes”, as quais se associava a expectativa de higienização da família, nos moldes previstos pela ordem burguesa do período (LOURO, 2004).

Evidentemente, as demais prendas domésticas, tais quais a culinária e a administração da criadagem, também eram ensinadas. E a instrução no campo da música — destacando-se as habilidades no piano e no canto —, dos variados tipos de artes de agulha, artes plásticas e no terreno da leitura — com poesia, discursos e diálogos — servia, ainda, para aumentar o capital cultural da menina, mas também para torná-la capaz de entreter aqueles que frequentassem sua casa futuramente. A mulher, além de ser formada para ser uma boa cidadã e dona de casa, deveria estar em sociedade, fazer-se agradável, uma vez que disso dependia também a honra e a respeitabilidade do marido (LOURO, 2004). Deveria, então, como assevera Rocha-Coutinho (1994), participar das festas, comparecer ao teatro e aos demais eventos da sociedade burguesa do período, ou mesmo promover alguns por si própria, no

intuito de demonstrar a finura e qualidade de suas habilidades, seus dotes de dona de casa e mesmo sua beleza, civilidade e refino a fim de engrandecer a figura de seu cônjuge. Parafraseando Beauvoir (2020), ela se fantasia de mulher para o orgulho de seu proprietário.

Retornam, assim, as expectativas não só sobre a educação e instrução feminina nas artes do agrado, mas também sobre sua personalidade e sobre o cultivo de suas qualidades: “o melhor adorno de uma mulher é a simplicidade. Nunca artista algum representou a pureza na figura d’uma mulher casquilha” (CORREIO DE ARACAJU, 10 jan. 1907, p. 3). O termo depreciativo empregado é utilizado para definir a pessoa que se veste com muitos enfeites, que se preocupa demasiadamente com a aparência. Assim, a boa mulher, além de ser decentemente educada e instruída nas artes condizentes com seu sexo, deveria prezar pela simplicidade, não chamar atenção, apenas utilizando-se de suas habilidades para, ao fim e ao cabo, engrandecer o homem que a acompanhava. O verdadeiro Sujeito, assim, era o homem, enquanto a mulher, seu “Outro”, era um adorno que lhe dava certo destaque e apreço, constituindo-se como capital simbólico de importância para a manutenção do *status* social das personagens masculinas (D’INCAO, 2004).

Nesse mesmo sentido, a mulher também deveria atuar como “colaboradora e incentivadora do marido” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 78), colaborando para sua felicidade e contentamento na privacidade doméstica. O *Correio de Aracaju* traz exemplos desta representação a partir do discurso de que “a mulher, apesar de fraca, é a columna de ferro sobre a qual se apoia a felicidade do lar” (30 jul. 1908, p. 1) e que “há na mulher uma alegria que dissipa a tristeza do homem” (29 mai. de 1910, p. 1). Michelet (1995, p. 118) diz ainda que a mulher é um altar em que o “homem, abalado pela vida, pode a cada hora reencontrar a fé, reencontrar a própria consciência, conservada mais pura do que nele”. Ou seja, a ela, além de estar incumbida a felicidade do marido, também incumbia ser a refazedora das energias do cônjuge esgotado pelo mundo. Em todas essas perspectivas, sua atuação visava a harmonia conjugal e no lar, a qual seria replicada na vida pública, uma vez que a família era a base do Estado republicano, o arrimo da sociedade (PINSKY, 2020). Preocupar-se com o lar era preocupar-se com a coletividade.

Todas essas características apresentadas comporiam aquela que Virgínia Woolf (2020) chamou de “Anjo do Lar”, um ser que se vestiria de encanto, simpatia e altruísmo. Pensaria sempre nos outros, não em si própria, sem advogar pela própria opinião ou interesses. Era, sobretudo, puríssima, sempre à beira do rubor que demonstraria sua castidade e seu respeito à posição que lhe era designada, bem como suas qualidades inerentes, tal qual a meiguice, assim como é apresentado no *Correio de Aracaju* (7 abr. 1907, p. 1), como a melhor de todas

elas. Ora, como já foi argumentado, não é à toa que é evocada a imagem estimada do anjo: além de se conectar com os ideais de beleza, pureza e perfeição atribuídas a este ser celestial, a figura apresentada também evoca a sujeição a um senhor, a abnegação em prol de um bem maior, um olhar marcado pela ideia de servidão à coletividade. Assim, o Anjo do Lar não se constituiria como uma forma de reverência ao papel da mulher, dona de casa e mãe, mas sim uma representação vívida da mulher ideal, que nortearia as visões femininas sobre si mesmas, suas atitudes e mesmo seu lugar social no mundo.

Michelet (1995) auxilia ainda mais nesta argumentação ao dizer que a mulher é uma religião. A ela caberia a harmonia, e ao homem, a criação, o que justificaria o sentido diverso da educação dada a um e a outro. E sendo uma religião, deverá atuar no sentido de “reerguer o homem, educar a criança, santificar constantemente e enobrecer a família” (MICHELET, 1995, p. 84), cuidando, portanto, daquele a quem ela deve idolatrar e da instituição para a qual ela foi formada para atender e harmonizar. A mulher, então, tem o dever formativo primário, agindo não para si, mas primeiramente para a honra da boa linhagem do marido, em seguida para a família e, em uma maior dimensão, para a sociedade patriarcal. Assim, o Anjo, antes de ser reverenciado, reverencia; a religião, antes de ser respeitada, é criada para a adoração. A mulher, nesse discurso, reverencia seu senhor, age para a adoração de um Deus, atua para o verdadeiro Sujeito — que é, nesse caso, o homem.

Enfim, vale questionar sobre o que aconteceria com aquelas que se desobrigassem deste papel de serva e adoradora. Uma vez que a religiosidade do período, assim como a medicina e o discurso social, compunham o complexo imaginário social da mulher como indivíduo submisso, Outro do homem — o qual seria dominado pela virilidade e a quem naturalmente estaria destinada a autoridade (CHALHOUB, 2012) —, aquela que fosse de encontro desse padrão delimitado deveria sofrer punições. A insubmissão, insolência ou mesmo a má execução das tarefas que lhes eram designadas no cuidado do lar eram motivos suficientes para “corretivos”, surras dadas pelo marido (PINSKY, 2020).

Em verdade, o *Correio de Aracaju*, atuando novamente como veículo transmissor ao mesmo tempo que reprodutor de ideias, defende precisamente o uso da violência como mecanismo disciplinador ao dizer “mulher brava, corda larga” (23 de janeiro de 1908, p. 1). Assim, ao mesmo tempo em que veicula escritos nos quais louva-se a mulher por suas qualidades e reafirma-se seu lugar dentro da família e na sociedade, também divulga aqueles nos quais legitima-se a suposta autoridade natural do homem, tal como sua atitude violenta com relação à mulher que descumpra seu papel e, portanto, desonra o esposo. Nesse sentido, a construção social, as representações sobre mulher aproximaram-na da criança, um ser que

também poderia ser castigado caso apresentasse comportamento incompatível com o que era esperado e que deveria ser disciplinado a partir de quaisquer meios necessários. Reforça-se, portanto, o discurso da mulher como o Outro: incompleta em sua formação, caberia ao homem, ele sim completo, educá-la, pô-la “nos trilhos” e chamá-la, ainda que violentamente, ao cumprimento do dever. Assim, pode-se compreender o casamento não como um contrato ou acordo estabelecido entre iguais, mas sim entre um indivíduo, um Sujeito, e uma subordinada (SAFFIOTI, 2015).

Por fim, importa abordar a representação que se constituiria como ponto culminante da vida da mulher burguesa no início do século: a da mãe. Compreendendo que o biológico e o social influenciavam um ao outro, em uma dinâmica circular, o imaginário mantido e reproduzido no período se traduzia na ideia de que a mulher nasceria para o dever maternal e que cultivaria e demonstraria, durante toda a extensão de sua vida, os ideais, práticas e características de uma “boa mãe”. Em outras palavras, a beleza — e as qualidades que dela derivariam —, a pureza, a fidelidade, a abnegação, a gentileza e a subordinação seriam elementos ligados à feminilidade, mas que teriam como pináculo a formação da mãe exemplar. Isto estabeleceria, segundo Rocha-Coutinho (1994), uma identificação entre feminilidade e maternidade, reforçando o discurso da época. Assim, a partir da ideia de que todo o organismo feminino seria formado para os atos de nutrir e parir, extirpava-se do discurso sua dimensão social e ideológica, reduzia-se a mulher ao útero e criava-se uma série de complexas representações que traçariam o destino da fêmea desde sua infância. Vejamos, então, o texto intitulado *A primeira mentira*, de Grendeline Motta (CORREIO DE ARACAJU, 6 mar. 1910, p. 1):

Os paes de Cleonice, a loira menina de cabellos côr de ouro e olhos azues, divinamente azues como dois pedaços de céu azul de primavera, tinham resolvido dar-lhe uma linda boneca que dissesse “papae e mamãe” com toda perfeição.

A hora da ceia Cleonice quasi não comeu. Tocou apenas num biscoito e foi se deitar sempre pensando na boneca.

— Tratarei a bonequinha como uma filha, dizia para comsigo, movendo-se de um lado para outro na sua cama estreitinha e gradeada.

Afinal adormeceu.

Tarde da noite, na hora em que tudo dorme e descansa, o pae de Cleonice levantou-se e chegando perto do leito da filha viu-a dormindo, tendo nos labios um sorriso bello e de quando em vez dizendo baixinho: “papae, mamãe”...

O bom homem não se conteve: acordou a filhinha.

— Com que sonhas, minha filhinha.

— Com você e mamãe, respondeu ella mentindo pela primeira vez.

Cleonice sonhava com a boneca, que lhe chamava “mamãe”...

A história de Cleonice, mais do que apresentar o suposto êxtase da criança em razão do brinquedo novo, traz a lume o imaginário de que a mulher, mesmo já criança, teria os

chamados “instintos maternos”. Estes se veriam no contato com a boneca, que faria o papel de bebê, de filho da menina que reproduz na brincadeira o tratamento dado a ela própria pela mãe. No texto, esse sentimento e destino natural seriam tão presentes e exacerbados que levaria a menina, além de sonhar que seria de fato a mãe da boneca, a mentir sobre o teor do sonho, provavelmente para não magoar o pai e a mãe ou para não dar sinal do verdadeiro carinho que teria pela boneca, um objeto inanimado, mas que para a menina representaria uma filha. Assim, a historietta ajuda a manter viva a representação da vocação natural da mulher para a maternidade, a qual estaria tão presente que se manifestaria desde a infância. Do mesmo modo, apresenta a visão de que essa mesma maternidade seria fonte de felicidade e contentamento, povoando os sonhos da criança e assegurando o cumprimento de sua função social no futuro.

A partir disso, compreende-se que o corpo da mulher não lhe pertencia. O homem, sendo Sujeito, poderia ser ou não pai, não tendo sua vida problematizada a partir de sua capacidade — ou ausência dela — para a reprodução (ROHDEN, 2001). Inclusive, a narrativa social do período não evoca a natureza para justificar um suposto “dom da paternidade”. Era necessário, evidentemente, que o homem perpetuasse sua linhagem, não apenas com o intuito de garantir a permanência das propriedades entre indivíduos de seu próprio sangue, mas também para solidificar sua posição como chefe de família, detentor do poder (PINSKY, 2020). Bourdieu (2020) argumenta, ainda, a necessidade tida pelos sujeitos masculinos de assegurarem-se em sua própria virilidade, a qual culmina em sua capacidade reprodutiva. A partir de tal interpretação, pode-se concluir que a continuação da linhagem possibilitaria ao homem ser respeitado não apenas como rei em sua própria casa, um microcosmo da sociedade patriarcal, mas também como detentor do verdadeiro vigor criador, o qual seria característico da masculinidade.

Ao mesmo tempo, para a mulher, a maternidade era um atestado de sua condição subalterna, uma confirmação de que seu corpo estava submetido à natureza e de que ela teria, portanto, uma missão sagrada a cumprir. O dever social da maternidade, revestido pela couraça do “destino biológico”, dava ares de inevitabilidade à perspectiva de ter filhos. Assim, não eram as mulheres que dispunham de seus corpos, mas sim a sociedade patriarcal que os utilizava em benefício próprio, em um processo de violência simbólica sutil que visava, inicialmente, o marido, e em seguida os filhos (PERROT, 2005). Esta violência se utilizaria, além do argumento da natureza feminina, de uma série de estratégias que evocariam múltiplas representações sobre a maternidade, criando uma intrincada rede de significados que revolveria em torno da ideia da “vocação” e do “dever”, mas também do contentamento

adquirido com a vivência da mãe. Esta construção de sentidos possibilitaria, de acordo com Bourdieu (2021), que as vítimas da violência simbólica — neste caso, as mulheres — pudessem ser felizes no cumprimento de funções que implicariam em certo grau de subalternidade perante o restante da sociedade.

Por mais contraditório que seja, uma das estratégias utilizadas seria, justamente, a idealização, beirando a idolatria, da figura da mãe. Este recurso tornava-se útil por dois motivos: o primeiro era que, uma vez comparada a tudo que é bom e perfeito, a mulher contentava-se com o lugar social que lhe era atribuído. Por outro lado, o modelo, o mito da “boa e santa mãe” estabelece um ideal a ser alcançado, uma meta a ser atingida, de modo a circunscrever a mulher nesse mesmo lugar social. Já que “ser mãe era o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar” (PEDRO, 2004, p. 313), era também a classificação que deveria contentar-lhe em vida, não havendo nada mais que pudesse querer além disso. Assim, a idealização da mãe acabava por servir justamente para garantir sua permanência como dominada, com a vida delimitada para o lar e que, se fosse possível, sem se imiscuir nas esferas da vida pública dominadas pelos homens.

Além disso, a santificação da mãe reforçava as representações sobre a sexualidade feminina, que inicialmente deveria ser controlada justamente porque a própria mulher não possuiria meios de fazê-lo por si própria, estando à mercê de doenças que lhe afetariam o raciocínio e a razão, ou de uma frigidez que seria prejudicial às necessidades reprodutivas da família. No entanto, quando associada à reprodução e realizada no interior do casamento, a manifestação desta mesma sexualidade era mais facilmente admitida (ROHDEN, 2001; ESTEVES, 1989), uma vez que se considerava, principalmente por conta do pensamento médico do período, que o melhor era manter o sexo no interior do meio doméstico, aliando o casamento ao amor e o amor ao sexo (JACÓ-VILELA, OLIVEIRA, 2017).

Entretanto, essa manifestação sexual era aceita com algumas ressalvas. Era, sim, necessário que a mulher cumprisse com suas “obrigações” no sentido da formação de uma família, mas o pensamento higienista vigente no período atuava no sentido de delimitar como essa sexualidade deveria se manifestar. Assim, mesmo a intimidade com o marido era regrada, rejeitando-se o sexo por prazer em favor do sexo para reprodução, mantendo a sexualidade da mulher nos limites do necessário para que ela cumprisse os papéis sexual e social que lhe eram atribuídos (ESTEVES, 1989). A idealização da mãe caminhava nesse mesmo sentido: atribuía-se caráter sagrado à maternidade para desassociar a sexualidade feminina do prazer. A santa mãezinha era bondosa, carinhosa, benemérita, caridosa, delicada e pura; nunca era, no entanto, associada à sexualidade. E, se praticava o ato sexual, era apenas

com o marido e nunca por prazer, com exclusivo intuito de cumprir o dever que a natureza a ela delegara.

Vejamos como esta estratégia se manifestava no periódico estudado:

Mãe (Hermes Fontes)¹¹

Para dizer quem foi a minha mãe, não acho
uma palavra própria, um pensamento bom.
Diógenes — busco-o em vão: falta-me a luz de um facho,
— si acho som, falta a luz, si acho luz, falta o som!

Teu nome — ó minha mãe — tem o sabor de um cacho
de uvas diáphanas. cor de ouro e pérolas com
polpa de beijos de anjo... Ouvil-o é ouvir um riacho
merencorio a rezar no seu eterno tom...

Minha mãe! minha mãe! eu não sei qual devera!
Morreste e não bebi em teus labios de cera
a doçura que as mães, inda mortas, contém...

Ao pé de nossas mães — todos nós somos crentes...
Um filho que tem mãe — tem todos os parentes...
— E eu não tenho por mim, ó minha mãe, ninguém!
(CORREIO DE ARACAJU, 2 jul. 1908, p. 1)

O poema do célebre sergipano Hermes Fontes é recurso para visualizar a ideia da mãe que, mais que amada, é cultuada a ponto de não haver palavras para descrevê-la. No poema, mesmo o nome da matriarca recém-falecida serve de consolo para o filho que chora sua morte, sendo também associado, como já vimos em outros poemas de temáticas diversas, a elementos da natureza, tais quais o riacho. Colocando em palavras a representação da mãe sacralizada, o eu-lírico diz que estar junto das mães é se converter em crente, em fiel, o que evidentemente concorda e ratifica a posição da mulher como “religião”, expressa por Michelet. Do mesmo modo, aponta-se também a ideia de que a mãe supre a falta de quaisquer outros parentes, o que denota o rigor que rodeava a maternidade: a mãe deveria ser sempre disponível para os filhos, uma vez que é ela que a eles deveria oferecer o acalento, a calma, o colo, atuando como nutriz e refazendo-os “de corpo e alma, humor, energia” (MICHELET, 1995, p. 101).

Em convergência com essa linha de pensamento referente ao culto às mães e a seu “dever sagrado” está a seguinte frase: “o coração de uma mãe é a obra prima da natureza”

¹¹ Hermes Floro Bartolomeu Martins de Araújo Fontes (1888–1930) foi um compositor e poeta simbolista sergipano, nascido em Boquim. Bacharel em Direito, não exerceu a profissão; colaborou para diversos periódicos, entre os quais se destacam os jornais *Fluminense*, *Correio Paulistano* e as revistas *Careta* e *Fon! Fon!*. Foi também responsável pela fundação da cadeira 16 da Academia Sergipana de Letras. FANGUEIRO, Maria do Sameiro. Hermes Fontes. **Biblioteca Nacional Digital**, s. d. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/hermes-fontes/>

(CORREIO DE ARACAJU, 1 jan. 1908, p. 1). Ora, infere-se, primeiramente, que o amor maternal é absolutamente natural, e, portanto, incontestável; além disso, entende-se que obra-prima poderia ser (1) algo perfeito em sua espécie ou (2) a melhor obra de um artista. Aplicando qualquer um dos sentidos, tem-se a ideia de que nenhuma outra criação da natureza se compara ao coração da mãe, o qual representaria o ápice tanto do papel da mulher, e, portanto, o sucesso de uma vida inteira que seria destinada a isso, mas também do amor. Este sentimento, o amor de mãe, seria também o fim último e o mais sublime que a mulher experienciaria em sua vida, sendo capaz de motivar sua total entrega em prol do marido e dos filhos, em uma dinâmica que prevê a abnegação de si e um regime de felicidade indireta, experienciada a partir do contentamento daqueles para quem a mãe desprenderia todos os seus cuidados (ROCHA-COUTINHO, 1994). No poema *Alguém*, agora de Gonçalves Crespo¹² (CORREIO DE ARACAJU, 24 mar. 1907, p. 3), a figura da mãe concede acalento mesmo estando distante, chorando pelo filho e aliviando-lhe o cansaço e a tristeza, em um gesto que não apenas denota saudade, mas também o cumprimento de um dever sagrado:

Para alguém sou o lyrio entre os abrolhos.
E tenho as formas idéaes do Christo;
Para alguém sou a vida e a luz dos olhos,
E si na terra existe, é porque existe.

Esse alguém, que prefere ao namorado
Cantar das aves minha rude voz,
Não és tu, anjo meu idolatrado!
Nem, meus amigos, é nenhum de voz!

Quando alta noite me reclino e deito
Melancholico, triste e fatigado,
Esse alguém abre as azas no montello
Eo meu somno deslisa perfumado.

Chovam bençãos de Deus sobre a que chora
Por mim além dos mares! esse alguém
É de meus dias a esplendente aurora
és tu, doce velhinha, oh! minha mãe!

Ainda nos versos de Crespo identifica-se outra representação sobre as mães. Em razão da natureza que seria a responsável pelas características maternas já discutidas, a mulher sentiria grande adoração pelo filho, tendo “as formas idéaes do Christo”. Novamente, a

¹² Antônio Candido Gonçalves Crespo (1846-1883) foi um poeta e jurista nascido no Rio de Janeiro. Graduou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em Portugal, onde conquistou apreço no meio cultural. Faleceu no ano seguinte à publicação de sua segunda obra, intitulada *Noturnos*. FANGUEIRO, Maria do Sameiro. Gonçalves Crespo. **Biblioteca Nacional Digital**, s. d. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/hermes-fontes/>

comparação a Maria, a virgem mãe que abrigou o Salvador no ventre, aparece, mas dessa vez com uma nova camada: se o filho se assemelha a Jesus Cristo, também o sentimento da mãe em relação a ele se assemelharia à veneração, uma vez que é isto que se deve ao filho de Deus. Maria, mesmo sendo venerada e respeitada — até mais do que o anjo mencionado no poema —, ainda está abaixo do filho que gerou. Este pensamento também aparece em Michelet (1995, p. 56), que descreve a felicidade da mãe com um recém-nascido como “divino enlevo”, “inocente surpresa de ter gerado um Deus” e “religiosa emoção ante esse maravilhoso sonho”. Assegura, ainda, que a idolatria que é direcionada pela mãe ao filho é condição imprescindível para a sobrevivência da criança, uma vez que a relação existente entre os dois é, naturalmente, um culto. Da mesma maneira, no poema, vê-se que o filho seria a própria vida, a luz de seus olhos, ou, também nas palavras do historiador francês, “ideal, [...] absoluto de beleza e de bondade, o auge da perfeição” (MICHELET, 1995, p. 57).

Isto posto, também é possível notar que a mãe, como já foi dito, é um ser abnegado, chegando até mesmo a suportar o sofrimento em prol dos filhos e, por isso, é santificada. Este sofrimento viria, dentre outras origens, da vida vivida na moralidade do “altruísmo materno” que descreve Rocha-Coutinho (1994, p. 39), implicando “a aceitação da invisibilidade pessoal ao preço da sacralização da função”. Nesse sentido, também o Anjo do Lar seria mãe:

Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia se sentar — em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. (WOOLF, 2020, p. 12).

Na verdade, o martírio da mãe viria desde o sofrimento dos eventos fisiológicos do parto, menstruação e amamentação. Michelet (1995) não hesita em descrever o aleitamento materno como condição e momento em que a mãe concede ao filho pequeno parte da própria vida, ainda que o ato lhe provoque dor e lhe esgote as poucas forças que possui. O autor vai além e diz, ainda, que a mulher, se pudesse, alimentaria também o marido e os filhos já grandes com o leite de seus seios, mas como isto não lhe é possível, “toma o alimento emprestado à natureza, mas lho dá muito diferente, mesclado dela e, pela ternura, tornado delicioso” (MICHELET, 1995, p. 100). A abnegação da mulher-mãe é, nesse sentido, além de qualidade, um dever e um desejo dela própria.

Nessa mesma toada, o *Correio de Aracaju* (7 abr. 1907, p. 2) publica a historietta *Origem das Rosas*, de Raul Pompeia¹³, na qual a primeira virgem vivenciaria a menarca e

¹³ Escritor brasileiro nascido em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro (1863). Inserido no movimento realista e naturalista, sua obra de maior expressão é *O Ateneu*, que teve primeira edição publicada

seria socorrida por Maria — na forma de uma alma que um dia adquiriria um corpo — com as seguintes palavras:

— E’ a dôr, fallou brandamente a visão. Deus Colera assignalou-vos para a dôr; creanças, sereis mães. Mas um dia ha de vir Deus Perdão para vos consolar; e vós, as malditas, tereis a consagração do reconhecimento. Haverá para vós o logar mais alto no Triumpho. Até lá, sede apenas bellas; chorae, só sereis mais bellas! Crystaes da terra, irmãos humildes do pranto, ainda serão diademas. [...] Haveis de ser mães sofrendo; mas a doce melancolia do amor que soffre compensará o martyrio. Esquecei o sangue como se fosse a côr das flores da primavera, antes da vez dos pomos...

A historieta finda atribuindo à túnica manchada de sangue menstrual a explicação para a origem das rosas vermelhas, “flor dos espinhos, esplendor da mágua”. Com esta historieta, vê-se a dor e o sangue, tanto do parto como da menstruação, como punição divina, provavelmente associando-se com a falta cometida por Eva no Jardim do Eden. Seria, portanto, destino que a mulher deveria suportar com resiliência, sabendo que por isso seria reconhecida e reverenciada por, mesmo com todos os dissabores, aceitar o dever sagrado da maternidade. O choro oriundo desse sofrimento seria, inclusive, reforço à sua beleza, e o amor pelo filho seria o “amor que soffre”, assinalando que o destino delegado às mulheres que viriam depois seria, justamente, o martírio.

Tanto sofrimento seria, como já foi dito, em prol da sociedade. A última representação a ser abordada no presente capítulo é precisamente a da mãe “higiênica e educadora” (PINSKY, 2020), para quem o mais sagrado dos deveres seria criar e educar os filhos na retidão de consciência e de atitudes, na religião e no cumprimento da higiene adequada, além de ser ela a responsável por manter os modelos de socialização circunscritos a cada gênero. No contexto republicano em que o higienismo teve grande expressão, a figura da mãe era não apenas a da nutriz e da santa, ou mesmo da perpetuadora da espécie, mas também da formadora dos grandes homens que conduziriam a nação, no caso dos filhos, e das futuras mães, no caso das meninas. Deste modo, na seção “Pensamentos”, traz o *Correio de Aracaju* os dizeres do teólogo Fenelon (19 mai. 1907, p. 1):

O bem é impossível sem a mulher. Ella regularisa as coisas domesticas, arruina ou sustenta uma casa.
A educação da mulher é mais importante que a do homem, pois esta é o fructo daquella.

É notável o argumento que eleva a necessidade da educação feminina, colocando-a como mais importante do que a masculina. Isso justamente porque a mulher teria a função de educar aqueles que seriam os futuros médicos, políticos, homens de leis que a república queria para si. Com isso, os louros concedidos à educação da mulher lhe são atribuídos não em uma perspectiva de crescimento das personagens femininas, para seu próprio usufruto e benefício, mas sim para a sociedade patriarcal que dela se beneficiaria de dois modos diferentes: em primeiro lugar, delegando a elas a tarefa de educar as crianças, mentoreando-as para cumprir com os papéis sociais que deveriam assumir no futuro; e, em segundo lugar, mantendo as mulheres no posto de submissas com o simples, porém eficaz argumento de que, sem elas, toda uma sociedade desandaria. Elevava-se sobremaneira a sua “missão”, a ponto de não ser possível ver que, na verdade, isso servia para mantê-las em sua posição subalterna, atuando sempre em prol do homem. Se “governando a criança, a mãe passa a governar o mundo” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 57), a mulher já tinha tudo, vendo-se como detentora de um poder que lhe diziam ter. O filho homem seria para ela, confinada no lar, a redenção: nas palavras de Beauvoir (2019, p. 319), “as casas que ela não construiu, os países que não explorou, os livros que não leu, ele dará a ela. Através dele ela possuirá o mundo, mas à condição de possuir seu filho.”

Do mesmo modo, essa estratégia funcionava para perpetuar os ideais de mulher que, provenientes já dos séculos anteriores, também vigoravam no século XX, já que seria a mãe a responsável por educar as *futuras* donas de casa e mães. Assim, diria Michelet (1995, p. 84) que “educar uma filha é educar a própria sociedade”, uma vez que a menina é criada para ser destinada a outro, cuidar de outros, o que automaticamente a colocaria acima do homem. Novamente, a estratégia da exaltação da mulher, mas em prol do sujeito masculino. Mais do que mentora, a mãe deveria ser, para a filha, um exemplo a ser seguido, devendo personificar a mulher ideal, seus atributos, deveres e características, todos ditados pela sociedade que trabalhava no sentido de naturalizar as determinações impostas sobre as personagens femininas.

Essa atribuição de papéis seria mais uma condição que pressionaria a mulher no interior do lar, já que agora ela era a grande responsável pelo destino da prole e, portanto, deveria estar sempre atenta, acompanhando os filhos a todo momento. E como “o fruto não cai longe da árvore”, segundo o ditado popular, a mulher seria condenada ou louvada não por sua própria conduta, mas pela de suas crianças.

Muito embora esse fosse um trabalho importantíssimo para a sociedade, estava inserido no interior da domesticidade e era realizado de modo individual, o que lhe atribuía

caráter de “não trabalho”, nas palavras de Rocha-Coutinho (1994, p. 33). Assim, a mãe, já retratada a partir do mito da santa abnegada, rainha do amor, era também aquela que realizava o trabalho doméstico, fosse o cuidado da casa ou dos filhos, de modo incansável. Com isso, confirma-se o que diz Michelle Perrot: “as mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’”. O ambiente doméstico, que era tido como local de descanso, “íntimo, moral e aconchegante” (PINSKY, 2020, p. 498), evidentemente não poderia ser associado a trabalho, o que contribuiu para o pensamento de que o trabalho no lar seria fácil, fútil ou mesmo imperceptível (BOURDIEU, 2021, p. 102), o que dialogava perfeitamente com a biologização do destino social da mulher. Uma determinação natural não deveria ser difícil de ser cumprida, afinal. Segundo o pensamento corrente no período, se a mulher nasceu para a vida conjugal, doméstica e para a maternidade, tinha todos os atributos necessários para cumpri-la com excelência.

Também em diálogo com a visão da mãe educadora estava a função da professora. Sendo um dos poucos trabalhos que, no início do século, eram vistos como acessíveis para as mulheres, a docência assim se sustentava porque não iria de encontro aos preceitos estabelecidos para o gênero feminino. Sendo professora, a mulher vivenciava uma extensão da maternidade, ainda assumindo o papel de educadora e “mãe espiritual” das gerações futuras (LOURO, 2004). Com esse pensamento, mesmo as mulheres que se desviassem do “caminho natural” da maternidade não estariam renegando-o completamente, ainda assumindo o dever sagrado que lhes associava ao amor, ao cuidado e mesmo à abnegação. Do mesmo modo, assim como o cuidado do lar e dos filhos assumiam caráter de “não trabalho”, a docência era vista como uma espécie de sacerdócio, devotamento em prol de uma causa, e não uma profissão, o que justificava que a mulher se doasse inteiramente para o trabalho (PINSKY, 2020).

A mulher deve, como o homem, poder e saber ganhar o seu pão honradamente, sem estar atida a um marido, que nem sempre lhe é fácil encontrar. (CORREIO DE ARACAJU, 9 out. 1910, p. 2).

Este pensamento do *Correio de Aracaju*, muito embora tenha ares progressistas, ainda reforça as representações anteriormente elencadas sobre a mulher. Isto porque, apesar de defender que a mulher deva ter os conhecimentos a respeito de como ter o próprio sustento, na ausência de um marido que para ela seja provedora, o texto sublinha que a honradez deve estar presente. Ora, para a mulher a honra residia, principalmente, em sua pureza, a qual reverberava em outras características, tais quais a gentileza, a prestimosidade, a delicadeza e a submissão. Nesse sentido, um trabalho adequado para a mulher deveria, além de não ser

impedimento para a manutenção de tais características, ser para elas um reforço, além de se manter atrelado ao caráter doméstico e feminino (PERROT, 2008). Isto posto, o trecho extraído do jornal, apesar de sua roupagem de progresso, se mantém atrelado ao imaginário do período.

No jornal investigado, tanto em anúncios quanto em artigos, foi possível verificar o papel da mulher como professora ou, em muitos casos, também como diretora de instituições de ensino, na maior parte das vezes restritas à educação feminina. Em artigo já citado no presente trabalho, o *Correio de Aracaju* (5 dez. 1907, p. 2) demonstra reconhecimento às diretoras do Colégio Nossa Senhora Sant'Anna, Quintina e Alice Diniz Gonçalves, por sua “benemerência” e auxílio na educação e cultivo do “espírito da mulher sergipana” das jovens patricias. Vê-se, assim, a semelhança do papel da mãe e o da professora, ambas educadoras, formadoras das crianças que a elas estariam encarregadas. Além disso, o caráter de “benemerita”, associa-se à contribuição e abnegação em prol de um bem maior, o que também se identifica com o imaginário construído sobre as mães.

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, gerido pelas Irmãs da Congregação do Santo Sacramento, também é destacado neste mesmo artigo, louvando-se as qualidades das freiras que o administram e nele ensinam. São elas descritas como “criaturas angelicaes, sublimes”, “santas”, o que também pode ser identificado tanto ao ideal de pureza quanto à “benemerência” e à abnegação, que deveriam caracterizar a mãe educadora e a professora como “mãe espiritual”.

A partir da análise das fontes e de toda a descrição das múltiplas representações que marcariam e ordenariam a vida da mulher, é plausível sumarizar este capítulo a partir da afirmação de que a mulher seria socializada para agir em prol do homem, o Sujeito. Assim, a partir de discursos que constituiriam a complexa rede de sentidos e significados a respeito do corpo, das atribuições e do destino da mulher, o gênero feminino — ou seja, a construção social daquilo que se entende por “feminino” — adquiria formas que ressaltariam sempre a sua condição de subordinado. Transformando-se a mulher em “mito”, estabelecia-se um modelo ideal, que se manteve com o argumento basilar de que ele não seria estabelecido pelo social, mas sim algo inerente a todas as mulheres, o que ajudava a incorporar entre os indivíduos de ambos os gêneros as leis desenvolvidas pela sociedade patriarcal. Louvar e sacralizar essas representações acabava sendo estratégia para mantê-las em vigor, criando a ilusão de uma certa superioridade da mulher em alguns âmbitos da vida social e, simultaneamente, mantendo-as em postos subordinados e condicionando sua atuação e suas vidas à garantia do bem-estar do homem.

À mulher, que era tudo o que o homem não queria ser, estavam delegadas as funções de tudo que ele precisava que ela fosse. Assim, na Era dos Modelos Rígidos, sustentava-se as representações da donzela pura, gentil e dominada, a virgem através da qual a linhagem do homem prosperaria sem dar-lhe dúvidas sobre a própria paternidade; a esposa que cuidava da casa e mantinha-se submissa, cuidando também do marido; e a mãe que, cumprindo seu destino natural, devotaria a própria vida aos filhos, almejando formá-los não para sua própria satisfação de criar cidadãos responsáveis e de boa índole, mas sim para atuar na sociedade a partir do trabalho honrado e proveitoso, caso fossem homens, ou para gerar e cuidar das próximas gerações, perpetuando as leis sociais que mantinham em voga a dominação, caso fossem mulheres.

Estas eram as representações que compunham um imaginário sobre as mulheres que, em tom elogioso, estabelecia um ideal de mulher. Há, no entanto, também as representações que descreviam os defeitos e problemas femininos, ou uma mulher não tão ideal assim, ainda de forma generalizadora. Veremos, portanto, no próximo capítulo, a construção desse imaginário, além de como e para que ele era operacionalizado na sociedade.

4. FEIAS, ASTUTAS E DESVIANTES: AS REPRESENTAÇÕES POUCO LISONJEIRAS DA MULHER

Apesar do tom elogioso que predominou nas matérias trazidas no capítulo anterior, é evidente que a mulher nem sempre era alvo de louvores por seu comportamento ou aparência. Havia, também, representações que expunham o que se considerava como problemas inerentes às mulheres, ou mesmo rechaçavam ou ridicularizavam aquelas que, de um modo ou de outro, eram vistas como desviantes pela sociedade burguesa.

Muitos dos “problemas femininos” anteriormente mencionados seriam, assim como as qualidades, oriundos da natureza, o que ajudava também a compor uma imagem homogeneizante e sem rosto da mulher que, ao contrário daquela que foi analisada anteriormente, não era a ideal. Ela, que provocava riso ou desgosto no homem, reproduzia o imaginário que continuava inferiorizante, mas que, nessa perspectiva, era menos floreado e mais incisivo no que queria dizer.

Além disso, deve-se considerar também que, evidentemente, nem todas as mulheres compunham a burguesia. As proletárias, fossem trabalhadoras autônomas ou operárias, estavam visivelmente nadando contra a maré das representações da mulher ideal, extrapolando o espaço do lar e a dedicação que, segundo diziam, deveriam ser inteiramente direcionadas ao cuidado dos filhos e do marido. Extrapolavam, também, outras normas sociais, como aquelas que delimitavam sua aparência, funções e comportamentos. Contudo, também as mulheres burguesas agiam no sentido contrário das expectativas. Ainda que isso possivelmente ocorresse de formas mais veladas, em uma espécie de tessitura “por trás dos panos”, para mencionar a obra de Rocha Coutinho (1994), tais desvios eram notados e, justamente por não serem aprovados, apareciam na forma do ridículo ou eram repreendidos com veemência.

Muito desse imaginário, no jornal estudado, se vê através de anedotas, ou seja, de curtas narrativas que se prestam a contar fatos engraçados. Contudo, há também outros tipos textuais que apresentam as representações pouco lisonjeiras das mulheres, tais quais alguns versinhos e mais trechos da seção “Pensamentos”. A mulher burra, adúltera, insubmissa, gastadeira ou astuta eram estereótipos comuns em tais escritos, juntamente com a sogra

arruinadora da paz no lar. A mulher feia era também outro tipo não ideal que aparecia com frequência, e é justamente ela que iremos analisar logo de início. Vejamos o “Gabinete de Riso” (CORREIO DE ARACAJU, 4 dez. 1910, p. 1):

Era em um confessionário:

— Accuso-me, sr. padre, de pintar o rosto, disse ao confessor uma confessada.

— Mas, com que fim faz isto, minha filha?

— E’ para parecer mais formosa.

Poz os olhos o confessor, olhou-a com atenção, e, vendo que era a mais feia creatura do mundo, disse-lhe com a maior ingenuidade.

— Pois continue ainda, minha filha, continue porque está ainda muito longe do que deseja.

Já mencionamos anteriormente que a feiura feminina era muitas vezes associada a personalidade e condutas repreensíveis da mulher, além de dificultar para as possuidoras de pouca beleza seu sucesso no mercado matrimonial. Contudo, ainda não mencionamos que a feiura também representava um prato cheio para as anedotas. Na piada anterior, não é ninguém menos que o padre que promove a quebra de expectativa que leva ao riso. Espera-se que ele, como um homem da Igreja, repreenda a moça pelo uso de maquiagem, justamente porque “a pintura do rosto não rimava com jovens decentes, de bons costumes” (SANT’ANNA, 2020, p. 105).

Com efeito, na seção “Pensamentos”, é o próprio *Correio de Aracaju* (19 out. 1910, p. 1) que condena as práticas vaidosas: “a vaidade na mulher tem suas phases: em criança, torna-a ridícula; em moça, namoradeira, embrutece-a; em casada, inicia-a no trilhar do adultério e encaminha-a rapidamente para a prostituição”. Ou seja, a vaidade é vetor de todo e qualquer mal proceder da mulher: expõe-na ao ridículo; transforma-a em uma namoradeira, conflitando com a pureza que deveria ser cultivada pela moça; e mesmo leva-a para a prostituição, o fim mais tenebroso que uma mulher poderia ter. Isso porque, como já foi apresentado, a beleza chegava a ser considerada um dom divino, e por isso cabia às mulheres conservá-la de modo comedido e mantendo o recato (SANT’ANNA, 2020). A mulher que se pintava sem comedimento saía da zona da discrição que lhe era delimitada e, por isso, era facilmente associada à perdição de si própria. Como argumenta Martha Esteves (1989), a dicotomia entre a mulher honesta, higienizada, e a prostituta existia e não abria espaço para meios termos. O comportamento feminino jamais deveria ou poderia se submeter aos deslizes da desonestidade, sob pena de rechaço social.

Retornando agora à anedota e considerando a imagem tida sobre a mulher vaidosa, pensa-se inicialmente que o pároco agiria no sentido de repreender a mulher e recomendar-lhe que não repita o erro, antes de perdoá-la pela falta. No entanto, a própria feiura da moça o

motiva a romper tanto com a expectativa do leitor quanto com a visão social do período. Nesse caso, mesmo uma perspectiva social pode ser flexibilizada, uma vez que a pobre moça, sendo a “mais feia criatura do mundo” tanto precisa das infames maquiagens para minorar seu infortúnio na beleza.

Segundo Sírio Possenti (1998), o humor é caracterizado pela ideia de que permite dizer algo proibido, que não necessariamente é crítico sobre o que se fala, mas sim, em muitos casos, veicula um discurso corrente. O humor pode, portanto, veicular um pensamento dominante, ainda que se configure como preconceito, indiscrição ou grosseria. É justamente o que ocorre na anedota analisada e em muitas outras a serem apresentadas neste trabalho. Não era correto — e ainda não é — criticar a aparência de uma pessoa, classificando-a como feia, e mesmo o texto do chiste acima exprime esse pensamento ao mencionar a ingenuidade com que o padre aconselha a confessada. Contudo, mesmo assim, é com a feiura da moça que a piada brinca, fazendo vista grossa para as normas de boa convivência e de educação, as quais normalmente condenariam o comentário sobre a aparência infeliz da mulher.

Possenti (1998) argumenta, ainda, que o humor veicula, além do sentido que compõe a piada, uma ideologia, geralmente trabalhando com estereótipos. E retornando o olhar para a anedota do padre, vemos desdobrar-se a ideologia burguesa e patriarcal, responsável por delimitar as normas sociais e as representações estudadas neste trabalho. A mulher feia, como já vimos, tinha suas características relacionadas à sua suposta feiura interior e não era a melhor candidata a casamento. Com as piadas, vemos outra esfera do estigma: desprovida de beleza, a mulher é também ridicularizada, e isso exatamente porque vai de encontro às expectativas tidas sobre as personagens femininas. Em outras palavras, o que a piada acaba dizendo é que a norma é ser bela. Para não ser alvo do ridículo, a mulher não deveria ser feia.

Pior seria se a infeliz mulher fosse, além de mal-apeçoada, mal-educada. Em mais um texto do “Gabinete de riso”, um jovem elogia uma senhora feia, a qual lhe responde lamentando não poder dizer o mesmo a ele. O rapaz, por sua vez, retruca: “E’ mentir como eu, minha senhora” (CORREIO DE ARACAJU, 8 mar. 1908, p. 1). Nesse caso, novamente se constata a identificação entre fealdade interior e exterior, já vista no capítulo anterior. Os maus modos da senhora, incapaz de reagir bem a um simples elogio, tornam ainda maior a justificativa que sustenta o humor nessa piada. O homem, ao final, tem um claro triunfo sobre ela, dando-lhe a resposta que a um só tempo a rebaixou em seu comportamento e em sua aparência.

Outras anedotas tratam de abordar os padrões de beleza que eram tidos em conta. Em uma delas, uma senhora muito magra questiona a um rapaz que a fitava com espanto se ele

queria comê-la. Ele, por conseguinte, responde: “não, senhora; hoje não é dia de jejum” (CORREIO DE ARACAJU, 13 de dez. 1906, p. 1). Logo se percebe que o espanto provocado pelo corpo magro se devia justamente a uma visão da burguesia, a qual, tendo dinheiro, não passava fome e podia curar-se de enfermidades que sacrificassem o corpo saudável. Ou seja, o corpo magro podia ser visto como sinônimo de doença ou mesmo pobreza (SANT’ANNA, 2020), ambas indesejáveis para aquelas que tinham destino traçado: em primeiro lugar para o casamento, que normalmente ocorria com homens da mesma classe social; e depois para a maternidade, que deveria obedecer aos preceitos higienistas, garantindo a saúde da mulher e das crianças por ela geradas.

Além disso, beleza e magreza competiam entre si. Não é à toa que os regimes aconselhados visavam o ganho de volume corporal e que se disfarçavam os corpos ditos magricelas a partir do uso de enchimentos presentes nas roupas (SANT’ANNA, 2020). Assim, podemos compreender que, recusando-se a comer a senhora com o olhar, o rapaz da piada a um só tempo rechaça uma condição atribuída às classes mais baixas e reforça a ideia de que a magreza excessiva é condenada em uma mulher, uma vez que não se associa com sua beleza.

Por outro lado, também a gordura excessiva se tornava motivo de pilhérias. Em mais um dos textos da seção “Gabinete de riso”, ao comentar sobre a violência do mar em um determinado dia, fala o marido: “Terrível!... Imagine que a onda levanta minha mulher, que pesa 120 kilos!...” (CORREIO DE ARACAJU, 25 mar. 1909, p. 1). Ora, é o próprio companheiro da pobre senhora que faz o comentário com espanto, evocando a força do mar para ridicularizar a esposa. Sabe-se que a força das águas pode ser avassaladora, mas o humor da anedota trabalha veiculando o discurso proibido de que o peso da mulher seria demais até para elas, novamente reforçando que tudo que não estivesse no padrão circunscrito seria motivo de zombaria.

Em outra anedota, por sua vez, o professor pede ao estudante que nomeie um mamífero sem dentes, ao que ele responde: “minha tia Maroca!” (CORREIO DE ARACAJU, 27 jun. 1909, p. 1). Ora, o humor reside justamente no fato de que o professor questionou sobre um animal irracional, mas recebeu como resposta a referência a uma mulher, a tia do estudante. Vê-se nesta piada justamente o discurso de que a mulher cuja aparência não corresponde ao ideal pode ser facilmente animalizada, sendo extirpada de sua condição de sujeito racional e atuante. Além disso, muito embora o texto não mencione a idade da tal “tia Maroca”, também torna possível argumentar que, provavelmente, também as mulheres de mais idade poderiam ser rechaçadas ou ridicularizadas. Isso não por conta da falta de dentes

em si — a qual não está restrita a idade alguma —, mas sim de uma série de elementos que se veria com o envelhecimento.

O próprio *Correio de Aracaju* (23 set. 1910, p. 1) diz: “a velhice nos homens é respeitável, nas mulheres desagradável”. Ou seja, enquanto para o Sujeito a idade seria apenas mais uma fase da vida, em que se veriam acumulados os anos de experiência, prestígio social e provavelmente o sucesso de uma família respeitável, para a mulher os anos a mais seriam um fardo. Este fato se daria, entre outros motivos, devido à perda do viço da juventude, tão valorizado e aclamado nos poemas que falavam da beleza da mulher, e também, para algumas, do encerramento da perspectiva de casamento. A moça casadoira tinha prazo de validade, como se vê na continuação do texto *A mulher conforme a idade* (CORREIO DE ARACAJU, 23 fev. 1910, p. 2):

Aos 35 é um tope de violetas depois de três noites de baile.
 Aos 36 é uma palavra que não tem rima no dicionário dos moços.
 Aos 37 é um evangelho á pregar contra as moças.
 [...]
 Aos 39 é o purgatório das sobrinhas.
 Aos 40 é a cartilha do padre Ignacio.
 [...]
 Aos 45 é uma lampada que não tem oleo.
 Aos 46 é uma palmeira infructifera cujas palmas vão tombando.
 Aos 47 é um album estragado.
 [...]

Nota-se em tais trechos a brevidade da vida da mulher, que já na casa dos quarenta anos é descrita como se estivesse se encaminhando para o fim da vida. Descrevendo a mulher aos 35 anos como um enfeite de violetas já muito gasto, o texto aponta que, já nessa faixa, a mulher se encaminha para a perda da própria utilidade. Além disso, mencionando as flores, evoca também a beleza da mulher, que também começa a se perder, já está gasta. Em seguida, aos 36, a mulher não rima no dicionário dos moços, está desatualizada, não mais oferece encantos dignos de serem vistos pelo sexo oposto. Opõe-se, ainda, à mocidade das outras mulheres, “pregando” contra elas e provavelmente contra a juventude e a beleza que ainda possuem. Torna-se, portanto, uma amargurada mulher, o “purgatório das sobrinhas”, uma vez que tem consciência de que seu momento de glória já se passou e inveja as moças jovens.

Ao falar que aos 40 a mulher é uma cartilha de padre, o texto faz referência ao refúgio que essas mulheres supostamente teriam na religião, tornando-se as afamadas “beatas”. Seriam aquelas que, já com os filhos criados e sendo viúvas ou solteiras, se encarregariam do trabalho na paróquia que frequentavam, auxiliando o padre (MOTTA, 2020) e, como nos apresenta o texto, assumindo para si a tarefa de divulgar os preceitos da Santa Madre Igreja.

Assim, era comum que, além de serem “cartilhas”, essas mulheres atuassem também como fiscais da moralidade, interferindo inclusive na manifestação do comportamento sexual de seus companheiros de paróquia, principalmente de outras mulheres.

Por fim, também em *A mulher conforme a idade* pode-se identificar associações da mulher mais velha com elementos decadentes e/ou defeituosos. A lâmpada sem óleo não acende mais, o que alude exatamente à inutilidade social da mulher velha. A palmeira mencionada, por sua vez, não dá mais frutos, então não mais pode se reproduzir. Além disso, as palmas que outrora lhe compuseram uma suntuosa folhagem começam a tombar, denunciando que a mulher, nesse momento, passa a ser vista como decrépita, arruinada, uma vez que sua velhice não lhe concede glórias. Pelo contrário, a senescência tira da mulher tudo aquilo que um dia lhe fez notável: a beleza, a fertilidade, o corpo esbelto e ágil, e mesmo a possibilidade do usufruto de sua sexualidade, tanto pelos homens quanto por si própria.

Por fim, aos 47 anos, a mulher já é um álbum. Ou seja, é um conjunto de memórias de um tempo que já passou e que não voltará. No entanto, o texto adiciona uma camada extra em sua exposição: a mulher não é meramente um álbum, mas sim um estragado. Novamente evoca-se a decadência, e junto com ela a ideia de que este receptáculo de memórias está distante demais dos momentos e dos rostos que o compõem. Já é um elemento velho, usado e, por fim, estragado. Assim, a “mulher-álbum” não tem mais serventia, está socialmente morta e, ao contrário dos álbuns mais novos, não é digna de atenção no terreno da sociabilidade (MOTTA, 2020).

Tratando agora de outras representações, novamente a ciência se presta ao papel de legitimadora de alguns discursos sustentados a respeito da mulher. No sistema de diferenças, os homens eram identificados com o raciocínio e a força física, enquanto as mulheres, seus opostos, se associavam a uma fragilidade que não se manifestava apenas no corpo, mas também na mente, o que se justificava a partir da noção de que o corpo feminino seria naturalmente voltado para a maternidade (ROHDEN, 2001). Assim, segundo argumenta Aline Rabelo (2015) considerando a massa cefálica feminina como menor e menos pesada que a masculina, além de elementos como palidez, flacidez, menores altura e peso, e o temperamento mais sujeito às emoções, entendia-se que as mulheres seriam intelectualmente inferiores aos homens. Afinal de contas, uma intelectualidade desenvolvida não era necessária à esposa ou à mãe, o que justificava também a educação diferenciada para meninos e meninas da classe dominante. A mocinha, destinada a servir e agradar, deveria ser educada para administrar o lar, formar e cuidar dos futuros filhos e, quando muito, ser capaz de entreter. As

leis, a política, a filosofia e outros que exigissem uma maior capacidade intelectual eram voltados para os homens.

Os escritos do *Correio de Aracaju*, por sua vez, dão vazão a esse discurso, mas de forma depreciativa. A mulher apoucada, desinteligente, era constantemente retratada nas anedotas, denunciando suas parcas capacidades mentais e virando alvo do ridículo. Vejamos:

Entre vizinhas:

— Então de que doença morreu o seu marido?

— De gotta.

— E' boa! o meu tambem morreu de uma doença muito parecida com essa.

— De que foi então?

— Da *pinga*.

(CORREIO DE ARACAJU, 27 fev. 1908, p. 2)

A piada ironiza o desconhecimento da mulher a respeito de uma doença e sua associação de palavras com sentidos semelhantes. O alcoolismo do homem, ainda que criticado na anedota, fica em segundo plano por conta da confusão da moça, que é o que motiva o riso e detém todo o humor. Essa mesma resposta pode, entretanto, ser vista como ironia crítica ao vício do marido, o que evidenciaria algum grau de inteligência da mulher. Contudo, essa inteligência teria um alvo, o homem, e por esse motivo poderia ser ridicularizada.

Em outra anedota, vê-se como o marido tenta se utilizar da suposta estupidez de sua mulher em benefício próprio:

Entre marido e mulher:

— E' verdade, minha querida. A sciencia assegura que as mulheres têm mais necessidade de dormir muito mais do que os homens...

— Sim?

— ... e por isso te peço que, quando eu sair a noite, não me esperes acordada.

(CORREIO DE ARACAJU, 20 fev. 1910, p. 1)

Nota-se como ele se utiliza da justificativa científica para induzir a mulher a não o esperar chegar de prováveis festas ou reuniões com os amigos. A diferença biológica do corpo feminino é, então, evocada na anedota em conjunto com a ingenuidade e a falta de raciocínio lógico que poderia fazê-la identificar que o marido lhe queria enganar. Assim, a anedota ajuda a reforçar a ideia da mulher apoucada e que seria facilmente conduzida pelo malabarismo de palavras masculino.

Por sua vez, outra anedota une a esta concepção a visão da grande vaidade inerente às personagens femininas. Nela, um crítico diria: “até que ponto chega a vaidade das mulheres! Conheço uma que se casou com um preto só por lhe dizerem que a côr preta lhe ficava muito

bem!” (CORREIO DE ARACAJU, 28 fev. 1909, p. 1). Nesse caso, o narcisismo feminino seria demasiado a ponto de desconsiderarem mesmo a cor do pretendente a marido, o que reforça, de certa maneira, o posto desviante tido pela mulher e evidencia os preconceitos raciais ainda existentes do período. Não se aventa a possibilidade de amor ou companheirismo entre os cônjuges da anedota e tampouco se fala no posicionamento do homem negro nesse consórcio. O parco raciocínio lógico da noiva, facilmente influenciável por um comentário a respeito das cores que a favorecem, é o que norteia o humor e reforça o estereótipo da mulher desinteligente.

Por fim, novamente pode ser identificado o apelo ao discurso médico-científico no chiste a seguir. Contudo, apesar de aludir inicialmente à menor capacidade intelectual, apresenta-se uma outra representação muito frequentemente vista e igualmente rechaçada: a mulher astuta.

Em um collegio de meninas:

O professor: — D. Josephina, si lhe disser que o cerebro feminino pesa 20 grammas a menos que o masculino, que conclue dahi?

D. Josephina: — Que nos cerebros femininos não entra questão de quantidade, mas sim de qualidade.

(CORREIO DE ARACAJU, 28 mar. 1909, p. 1)

De fato, D. Josephina fornece uma resposta mais do que potente ao professor e mesmo à ciência, que possuíam como certa a ideia de que um cérebro menor corresponderia também a uma menor habilidade de raciocínio lógico. Entretanto, a resposta astuta da menina não necessariamente cria sobre ela uma visão lisonjeira. A mulher astuta não era antônima da mulher ignorante, mas apenas um outro comportamento desviante. E, como tal, também era passível de chacota e/ou repúdio. A mocinha da anedota, muito embora se posicione de forma contrária à perspectiva sustentada pelo professor, se utiliza de um argumento que persiste na diferenciação entre os sexos e, de certa forma, evoca ainda a concepção de que falta algo à mulher.

Essa astúcia feminina, em muitos casos, se desdobraria em seus esforços para contrair casamento. Em um texto, conta-se que um rapaz encontra uma moça extremamente pensativa e, ao perceber que ela fitava o chão, pergunta-lhe se perdeu algo. Ela, por sua vez, responde: “Sim... Procuo um genro para mamãe...” (CORREIO DE ARACAJU, 23 jan. 1910, p. 1). A perspicácia da personagem, nesse caso, não está apenas em sua resposta, mas também em toda a cena que elaborou a fim de conseguir que o jovem falasse com ela. Além disso, o caráter franco de sua fala, ao dizer que procurava um marido, é, ao mesmo tempo, ligeiramente dissimulado, uma vez que coloca como centro da resposta a imagem da mãe. Assim, ao

mesmo tempo em que essa moça diz exatamente o que quer, o jeito como se expressa terceiriza à vontade, coloca-a em segundo plano. Identifica-se, então, o uso da astúcia junto ao charme que seria necessário para adquirir um marido.

Em outro caso, porém, as palavras não possuem floreios:

Elle — Por ti, Carlota, seria capaz de atravessar o mundo em braças!
 Ella — Não é preciso tanto; atravesse antes o gabinete do papá e vá fallar-lhe.
 (CORREIO DE ARACAJU, 12 jan. 1908, p. 2)

Novamente, a mulher se utiliza de uma resposta perspicaz para se beneficiar no sentido do casamento. No entanto, sua fala é firme, não abrindo espaço para contestações, uma vez que, se antes ele estava disposto a sacrificar seu bem-estar físico em nome dela, certamente seria capaz de adiantar os trâmites para um noivado.

É comum nas anedotas ver-se também a astúcia sendo utilizada já nos casamentos, geralmente em forma de uma resposta ácida a uma provocação dos maridos. Eis o primeiro exemplo:

Entre marido e mulher, durante uma questão:
 — A senhora nasceu para ser mulher de um estúpido!
 — Cá estou eu cumprindo o meu destino...
 (CORREIO DE ARACAJU, 28 mar. 1909, p. 1)

Aqui, a fala da mulher trabalha no sentido de, ao mesmo tempo que confirma a afirmação do homem, modifica-a em favor dela. Assim, retira do homem um pouco de seu poder verificado no discurso, que visava depreciá-la em sua intelectualidade e conduta. Caso semelhante é o que se expressa nos seguintes versinhos:

“Cabra”! um marido offendido
 A sua mulher chamou.
 Disse-lhe ela: “Meu marido”!
 E assim se desaggravou.

MORALIDADE
 Marido de cabra é bóde.
 (CORREIO DE ARACAJU, 2 mai. 1907, p. 1)

Entende-se “cabra” como mulher escandalosa, facilmente irritável ou mesmo pouco recatada, o que por si só já aponta a possibilidade de que a esposa em questão adotasse — ou estivesse adotando no momento — comportamentos que iam de encontro à autoridade do marido. Como se vê no restante dos versos, o fato de ter sido chamada por tal adjetivo não constrangeu a mulher, que teve a reação de redarguir de forma eficiente, sem nem mesmo precisar falar o que queria por extenso. O bode, “marido” da cabra, como se sabe, é um

mamífero com chifres; ou seja, ao chamar a própria mulher de “cabra”, o homem estaria ao mesmo tempo desmoralizando a si próprio, colocando-se no posto de “corno”. A mulher, ao notar isso e usar a informação a seu favor e de forma astuta, não apenas termina com a discussão, mas também expõe o marido ao ridículo.

Ambos os comportamentos — de responder acidamente aos maridos e utilizar a esperteza para conseguir casamento —, por mais que pareçam ilustrar uma superioridade feminina, na verdade atuam no sentido contrário. Uma mulher que detém o poder na verdade estaria se rebaixando, uma vez que é o valor do homem que definiria o dela (BOURDIEU, 2021; ROCHA-COUTINHO, 1994). Se ele é ridicularizado, diminuído ou oprimido pela mulher, é ela própria que sofre as consequências sociais disso, sendo também — e ainda mais do que ele — ridicularizada, diminuída e oprimida. Do mesmo modo que o homem deveria saber controlar e ser respeitado pela esposa, também lhe competia a tomada de ação com a finalidade de cortejar as moças ou de fazer ao pai o pedido pela mão da mulher amada. A imagem inversa é vista com estranheza e é considerada risível, podendo inclusive propiciar uma visão masculinizada da mulher, o que só adiciona mais camadas à chacota feita. Michelet resume bem essa visão ao dizer que “a mulher, a *verdadeira* mulher, é terna demais para ser caçoísta” (1995, p. 188, grifo da autora).

Bourdieu (2021) argumenta ainda que essa mesma astúcia é, na verdade, um recurso passível de ser utilizado apenas pelos dominados, que precisam se valer de formas subversivas para agir ou se expressar. Já que as mulheres são socializadas para conviver com a impotência, como diz Saffioti (2015), acabam aderindo à formas alternativas e geralmente sutis de se sublevarem nos diferentes contextos. A astúcia, segundo a ideologia dominante, seria então uma propriedade negativa, associada também à visão de que a mulher seria um ser maléfico e rasteiro, incapaz de jogar o jogo pelas regras e, por isso, tendo que utilizar de artifícios e estratagemas para conseguir o que deseja. Nota-se a partir disso como a fala assertiva das mulheres, em especial aquelas que demonstram suas tentativas de controle ou pelo menos de oposição aos discursos dos maridos, era encarada como socialmente ilegítima (ROCHA-COUTINHO, 1994), recebendo os rótulos de manipulação ou ardil.

Esta ideia é facilmente identificável quando, na seção “Pensamentos”, diz o *Correio de Aracaju* (20 fev. 1910, p. 1) que as mulheres seriam “abysmo profundo que a perfídia do Destino disfarça com flôres e beijos...” Um abismo é caracterizado justamente por seu fundo inexplorado, de conteúdo misterioso e que sinaliza um perigo desconhecido. A comparação da mulher a esse elemento sugere que seu interior ainda intocado pelo homem é provavelmente assombroso. No entanto, o cerne dessa frase não é o abismo, mas sim a perfídia, a traição do

Destino, que ajudaria a disfarçar a real natureza de um ser quase hediondo. As flores e os beijos seriam, portanto, as estratégias supostamente utilizadas pelas mulheres para manipular os sujeitos masculinos e fazer deles o que bem entendessem.

“A mulher encanta quando olha, seduz quando sorri e domina quando fala.” Essa outra frase, presente na mesma seção e número do periódico em questão, colabora com a citada anteriormente na medida em que elenca as habilidades provenientes da astúcia feminina. O encanto e a sedução são precisamente o uso de atributos físicos visando a conquista, o que por si só poderia identificar a mulher astuta com aquela que também é consciente de sua sexualidade e sabe como utilizá-la. O resultado, vale destacar, é a ação da dominação por parte da mulher, e não a sujeição por parte do homem. É ela a responsável, a agente, enquanto ele sofre as consequências da ação, é vítima subjugada.

Tal noção reverberaria na ideia da mulher infiel. Ela não seria condenada pura e simplesmente por sua traição ao marido ou noivo, mas sim por sair do molde imposto à sexualidade feminina, que deveria ser controlada e apenas direcionada à reprodução. Além disso, o adultério também era problema do homem, e não somente por conta dos sentimentos provavelmente feridos, mas sim porque ameaçava a legitimidade de seus herdeiros e sua própria posição de autoridade no âmbito do lar e perante a sociedade. Se “o marido é o senhor, a mulher sua propriedade” (BEAUVOIR, 2019), a partir do momento em que ela não se comporta como tal, toda a base em que se sustentam a virilidade e o poder masculinos se vê cambaleante. Como já discutimos no capítulo anterior, se a honra da mulher é maculada, também é maculada a do homem e da família.

O *Correio de Aracaju* oferece diversos exemplos da visão tida sobre a traição da mulher. Em historieta intitulada “O remorso” (CORREIO DE ARACAJU, 19 set. 1909, p. 1), o narrador relata que o céu não tem estrelas e os jardins não têm rosas. Ao ver isso, sua amante começa a chorar e confessa-lhe a razão por trás desses acontecimentos: ela teria sido amaldiçoada por uma fada, a qual jurou que uma flor murcharia e uma estrela se apagaria para cada traição que a mulher cometesse.

O pequeno conto é radical, mas abre espaço para análise da representação sobre a mulher infiel. Já no capítulo anterior foi possível identificar a associação da mulher a diversos belos elementos da natureza, tais quais flores e estrelas, ou mesmo a entidades sobrenaturais, como anjos. O mesmo acontecia com a pureza, a meiguice e a bondade, qualidades que seriam inerentes à mulher. A ideia de, no conto, ter sido uma maldição de fada a causadora de tantos infortúnios permite a interpretação de que a natureza e a pureza, ambas associadas a esse ser fantástico, estariam rejeitando a mulher por sua má conduta. A morte das flores e

estrelas representaria a morte, também, das diversas qualidades e valores que a mulher deveria ter cultivado. Além disso, chama atenção o fato de que *todas* as rosas e estrelas desapareceram, o que poderia significar que a infidelidade da mulher seria um fenômeno quase sem controle.

Consideremos também a seguinte anedota:

Gastão volta da caça. Está em casa de sua amante.

— Em que pensas, tu, meu querido?

— Em nada.

— Estou certa que perguntas a ti mesmo si eu te trahi durante a tua ausencia...

— Oh! não, não, meu thesouro! Eu apenas inqueria com quem seria.

(CORREIO DE ARACAJU, 21 abr. 1907, p. 2)

Nela, não se pode saber se o termo “amante” é utilizado como sinônimo de “namorada” ou para sinalizar um relacionamento fora do casamento. No entanto, é o restante da piada que mais importa, uma vez que apresenta um homem que tem a certeza de ser traído, juntamente com uma mulher perspicaz o suficiente para saber que provavelmente terá que tranquilizá-lo do contrário caso a acusação seja posta em evidência. O fato de o homem tratar com tanta naturalidade a ideia da traição também demonstra a ideia de que a infidelidade feminina seria quase norma, muitíssimo frequente. Dessa forma, o humor não reside no estigma do “corno manso”, mas sim na quebra de expectativa que leva a se considerar a traição como fato.

A traição, porém, não seria apenas beneficiada pela habilidade da mulher em enganar ou manipular o homem. A inconstância emocional também seria uma peça-chave para a deslealdade:

Confia ao vento, si queres,

A fragil embarcação;

Não confies ás mulheres

O coração...

Confia-o ás ondas antes...

Que as ondas não podem ser

Tão moveis, tão inconstantes

Como a mulher.

(CORREIO DE ARACAJU, 10 abr. 1910, p. 1)

Sendo menos seguro do que uma embarcação frágil, o coração volátil da mulher seria a causa do sofrimento do homem, mas também o sinalizador de sua própria desonra. Essa instabilidade nos sentimentos se associaria principalmente ao biológico da mulher, pautado pelos sangramentos, ovulações e pela gravidez. Seu sistema nervoso, segundo se acreditava, seria consideravelmente mais frágil, o que efetivamente afetaria seu julgamento moral,

tornando-a mais impressionável e instável (ROHDEN, 2001). Contudo, mesmo com a justificativa biológica, a mulher persistia sendo repudiada por sua suposta inconstância de sentimentos, de um modo que as acusava de serem deliberadamente infiéis e frias no trato com os homens. Isso se justifica a partir do argumento de que tanto a biologia quanto o repúdio ao comportamento desviante trabalhavam em conjunto em uma tentativa de balizar as condutas femininas. Ambas as representações acabavam por delimitar o terreno do que não era aceitável socialmente.

Partindo agora para mais uma representação recorrente no jornal, deparamo-nos com a mulher que torna o casamento um fardo quase insuportável. Isto se daria por diversos motivos e não seria somente a esposa a responsável por arruinar a felicidade conjugal ou a paz almejada pelo companheiro. Em alguns casos, retratava-se que o comportamento aborrecedor da mulher aparecia ainda antes do próprio casamento, como se vê nos seguintes escritos:

A noiva fazendo exigências ao noivo:

— Acho bom que te vás preparando para abandonar umas tantas cousas que eu não supportarei depois de casada...

— Podes dizer quaes são ellas?

— Abandonarás o cigarro; não quero que continues a fumar...

— Pois sim.

— Abandonarás o copo; não quero que bebas mais...

— Pois sim.

— Abandonarás o jogo; não quero que continues com esse vício...

— Pois sim.

— Abandonarás os teus amigos; quero que vivas só para mim...

— Pois sim.

— Abandonarás os bailes e theatros; quero que fiques á noite em casa...

— Pois sim.

— Abandonarás... Abandonarás... Vê se te lembras de mais alguma coisa que possas abandonar?...

— Abandonarei... a idéa de me casar contigo! Adeus!

(CORREIO DE ARACAJU, 29 mai. 1910, p. 1)

Nesta anedota, logo se nota o comportamento problemático da mulher, que além de desejar privar o marido de seus vícios, tais quais o cigarro, o jogo e a bebida, quer privá-lo de qualquer outro tipo de interação social que não seja a conjugal. E há ainda o agravante de que, sem lembrar de outra prática que espera que o marido abandone em seu favor, pede a ele que pense em alguma para que ela a possa proibir. Da forma que é retratado, esse comportamento que beira a dependência emocional é facilmente repudiado pela sociedade, a qual provavelmente a enxerga também como uma troca dos papéis, que por si só era subversiva. A submissão era característica feminina, não a dominação. Inclusive, de acordo com Michelet, era necessário para a família que o homem se acreditasse forte, devendo a mulher, vendo-o desanimado, desanimar a si própria, “ser mais mulher e mais jovem — até mesmo, quando necessário, ser criança” (1995, p. 243). Na anedota, a recusa do pobre noivo em tornar-se

menor que sua esposa, submetendo-se ao abuso da tirania, funciona como uma espécie de retomada de seu poder sobre si próprio, uma sutil vingança em nome de todos os homens.

A dificuldade dos homens em dobrar o gênio difícil das esposas é vista com frequência no periódico. Em alguns versinhos, diz-se: “Um gallo sosinho rege / Dez gallinhas como quer;/E tanto custa a um homem/Governar uma mulher” (CORREIO DE ARACAJU, 19 mar. 1908, p. 1). Em outra anedota, por sua vez, um amigo pergunta ao outro se lembra de uma tal Mariana, ao que o outro responde fazendo referência ao mau gênio da moça e dizendo que aquele que se casasse com ela seria um desgraçado na vida. O que fez a pergunta, então, comenta: “pois ha cinco mezes que é minha mulher!...” (CORREIO DE ARACAJU, 10 fev. 1907, p. 2). Em ambos os casos, o comportamento insubordinado das mulheres é posto em evidência, o que denota o incômodo masculino em dois aspectos: primeiramente, por não serem sempre obedecidos na ordem conjugal; e em segundo lugar, por verem a contradição das representações de que a mulher deveria ser a todo tempo doce, calma e submissa.

Em outro chiste, a mulher é capaz de cansar até o Deus Soberano:

Um typo, victima de infortunios conjugaes não gosta do bello sexo.
 Discutindo theologia com o parochio, chegam ambos à criação.
 — Diz vossa reverendissima que a ultima cousa que Deus fez, no fim da semana, foi a mulher.
 — Perfeitamente.
 — Em seguida, que fez Deus?
 — Descançou.
 — Então, comprehende-se... Isto prova que tendo feito a mulher, no dia seguinte sentiu-se Deus fatigado.
 (CORREIO DE ARACAJU, 25 mar. 1908, p. 1)

Aqui, o homem foi tão infeliz durante o casamento, que sua opinião sobre as mulheres, foi influenciada, tornando-se completamente negativa. Junto a isso, há o argumento de que Deus teria se cansado ao criar as mulheres, não por terem sido uma obra que almejava a perfeição, mas sim por serem elas difíceis desde o início. E Deus, encarado como tendo caráter masculino, uma vez que o próprio homem foi criado à sua imagem e semelhança, aparece aqui como a maior representação do senhor, do soberano, o qual deveria ser respeitado e obedecido. O comportamento desviante feminino, nesse caso, é capaz de exaurir mesmo o maior e mais poderoso dos senhores, e justamente por isso adquire aspecto verdadeira e completamente negativo.

A um certo ponto, chegava-se também a comemorar a morte da esposa:

— Saiba o patrão que o serviço da parteira já foi dispensado.
 — Está bom. E? menino?
 — Não, senhor; cousa melhor.
 — Menina?

— Não, senhor; cousa melhor.
 — Então que diabo é?
 — Saiba o patrão que a patroa morreu.
 (CORREIO DE ARACAJU, 28 jan. 1909, p. 1)

Esse chiste pode indicar tanto que a mulher era uma cruel patroa para seus empregados, quanto que o homem realmente era atormentado por ela a ponto de ficar feliz com sua morte no parto. Além de tudo, o fato de que o criado provavelmente percebeu a ruindade da mulher denota que ela não teria receios ou vergonha em agir dessa maneira, negando completamente as ideias de delicadeza, bondade e pureza, tão caras à imagem da “mulher ideal”. Em outra anedota, por sua vez, o viúvo comemora suas “bodas de prata” — ou seja, seus 25 anos como viúvo — com um jantar entre amigos (CORREIO DE ARACAJU, 27 jun. 1909, p. 1). Confirma mais uma vez a ideia de que o casamento seria verdadeira fonte de tormento, sendo a mulher a provocadora de todos os problemas e infelicidades.

Outra representação, comumente vinculada à ideia da esposa que atormenta o marido, é a da mulher gastadeira. No “Gabinete de riso”, duas amigas conversam sobre a reação do esposo de uma delas ao ver a conta da modista. A reação irritada do homem é apenas contida quando a esposa lhe apresenta a conta do sapateiro: “foi um santo remedio. Perdeu a falla!” (CORREIO DE ARACAJU, 24 abr. 1910, p. 1). Em outra, que se desenvolve de maneira semelhante, a única diferença é que o marido, em vez de ficar mudo, cai “imediatamente sem sentidos” (CORREIO DE ARACAJU, 17 mai. 1908, p. 1).

Essa visão aparece como contraponto à mulher econômica. Essa imagem que também compunha o rol das representações da mulher ideal era necessária para as mulheres, uma vez que elas seriam as responsáveis por bem empregar o dinheiro ganho pelo marido, e isso não apenas na alimentação, limpeza e cuidado dos filhos, mas também nas recepções sociais (PINSKY, 2020). Inclusive, o manejo do orçamento doméstico era uma habilidade ensinada e difundida, compondo um saber social necessário para a mulher virtuosa (PERROT, 2008). A mulher gastadeira era, portanto, o exato contrário disso, e a ela era sempre atribuída a vaidade como motor de seu esbanjamento.

NO THEATRO

Um espectador para uma senhora que está na sua frente:

— Minha senhora, v. ex. dava-se ao incomodo de tirar o seu chapéu?
 — O senhor está doido?
 — Mas eu paguei cinco mil rs. pelo meu logar, para ver.
 — Pois eu paguei cem mil rs. pelo meu chapéu para que m’o vissem.
 (CORREIO DE ARACAJU, 21 nov. 1909, p. 1)

Aqui, a senhora em questão não tem pudores em informar o preço de seu chapéu e tampouco em incomodar os outros espectadores do teatro. Assim, além de mostrar seu

destempero nos gastos, destinando tanto dinheiro a um único chapéu, dá provas de sua vaidade e egoísmo. E, por fim, é ainda desrespeitosa em relação ao homem que lhe pede o favor de retirar o chapéu, demonstrando a falta da solicitude e graciosidade que seriam tão necessárias às mulheres.

É curioso notar, porém, que a condenação aos gastos femininos acaba sendo, de certa forma, um efeito colateral da própria dominação masculina. Ao atribuir à mulher o dever de ser sempre delicada e bela, a sociedade burguesa e patriarcal impulsiona as personagens femininas na direção de uma série de elementos necessários para atingir a “mulher ideal”. O problema aparece quando esse discurso acaba resultando em ônus para os próprios homens, que certamente não desejam ter seu dinheiro gasto com chapéus, vestidos, saias, sapatos e maquiagem, uma vez que são elementos que não serão usufruídos diretamente por eles. A mulher, por sua vez, não pode ser feia ou mal-vestida, mas também não pode gastar demais: perde, portanto, de ambos os lados, sempre tentando se moldar ao que manda a ideologia dominante.

Por fim, pondo de lado a esposa, era a sogra a maior e mais constante fonte de problemas no interior do casamento segundo as representações dominantes, o que se pode argumentar a partir da expressiva quantidade de textos encontrados sobre esse tema. O sogro, por sua vez, praticamente não é mencionado, provavelmente porque é componente do grupo dominante, é Sujeito. Vejamos os seguintes versinhos:

ORIGEM DA SOGRA

Tendo Deus feito o homem
E a mulher sua companheira,
O diabo logo pensou
Numa grande e vil asneira.

Na cosinha de seu rancho,
Velho negro e desolado
Collocou sobre uma trempe
Immenso tacho furtado.

E juntou sem mais demora
Seiscentos mil urubus
Alqueires de percevejos
E muitas onças cangussus.

Vinte mil galinhas chocas,
Carrapatos rebolleiros,
Poaya, jalapa, sal-amargo,
Bichos, pulgas aos milheiros.

Sessenta e tres burros manhosos,
Quinhentos mil dentes de cobras,
Milhões de linguas compridas
E da fusão surgio a sogra.

(CORREIO DE ARACAJU, 7 mai. 1908, p. 1)

Vemos aqui que, ao contrário das moças jovens e das mães, que tinham sua beleza associadas a tudo de mais belo e gracioso, a sogra tinha sua imagem vinculada ao diabo, que a teria originado de uma mistura de elementos desagradáveis, cada um representando uma característica dessa pobre mulher. Os urubus representariam uma espécie de “instinto carniceiro”, devotado a se aproveitar da desgraça alheia. Por sua vez, os percevejos, carrapatos e pulgas se associariam ao parasitismo também praticado pela sogra, que sugaria a energia e felicidade do genro. Isso também poderia ser referência ao fato de que muitas dessas mulheres acabavam vivendo na casa das filhas já casadas, dando mais uma despesa para os maridos destas. E enquanto a “poaya” é uma erva-daninha, a “jalapa” seria uma planta trepadeira utilizada na confecção de purgantes — nesse caso, o uso dessa planta no texto poderia fazer referência ao fato de que purgantes possuem propriedades laxativas e causam dores intestinais, mas também à ideia de que a sogra seria um indivíduo difícil de suportar.

As demais comparações a animais também têm sua função. As galinhas chocas e as onças atribuiriam à sogra o seu gênio horrível e agressivo, enquanto os burros manhosos, conhecidos por empacarem nos caminhos por longos períodos, sinalizariam sua teimosia. Por fim, os dentes de cobra juntamente com a língua seriam referência ao veneno das mães das esposas, também muito relacionadas à sua inclinação para a fofoca e para as reclamações feitas ao genro sem nenhuma espécie de constrangimento.

À sogra também era atribuída uma enorme resistência em face da desgraça, o que frequentemente era tomada pelos genros como uma maldição. Em uma anedota, ao visitar um chalé com o amigo, Julio observa que o lugar carece de um para-raios. O amigo, porém, responde: “não precisa; vivo aqui com minha sogra” (CORREIO DE ARACAJU, 10 set. 1909, p. 2). Em outro texto, o eu-lírico lamenta sua falta de sorte na vida. Depois de tantas provações, permanece com ele a única pessoa que era indesejada:

Minha mulher tão formosa,
A crua morte a levou,
Minha fortuna tão grande,
O diabo a carregou.
Hoje plebeu já fui nobre,
Já fui rico, hoje sou pobre,
Como tudo se mudou!
Fui gordo e só tenho ossos
E, sobre tantos destróços,
Só minha sogra ficou!

(CORREIO DE ARACAJU, 23 fev. 1908, p. 1)

Essa ~~super~~ resistência da sogra também pode ser vista em uma historieta publicada no periódico analisado. Conta-se que um frade pôs estricnina no mel com a finalidade de matar as moscas. Com elas mortas, uma barata as comeu, mas logo virou alimento de um sapo. A história segue com essa progressão, e o veneno passa para uma cobra, um porco, o próprio frade, o diabo e, por fim, a sogra. Ela, no entanto, não morre, mas sim fica “ultra envenenada”, assinalando que nem o veneno, mesmo unido a uma série de criaturas asquerosas e horríveis, era páreo para sua perversidade. No final, o texto ainda fornece uma moral: “eis porque a mulher que tem a doçura do mel, logo que se faz sogra adquire a natureza da strychnina, da mosca, da barata, do sapo, da cobra, do porco, do frade e do diabo” (CORREIO DE ARACAJU, 3 nov. 1907, p. 1). Era puramente a condição de sogra que a transformava em uma megera, quase como se essa suposta metamorfose também fosse um destino biológico.

Esses múltiplos textos evidentemente dialogam com a visão burguesa a respeito das mulheres, a qual era responsável, como já vimos, por manter as representações da mulher ideal. A sogra, por sua vez, ia de encontro a esse imaginário na medida em que era uma mulher que já tinha cumprido seu destino biológico e agora não tinha mais uma função específica na sociedade. E uma vez que a biologia da mulher era o que a definia como tal, se a personagem feminina já tinha cumprido a função procriadora e não mais o poderia fazê-lo, acabava sendo vista como menos mulher. Envelhecendo, tornando-se infértil, deixa de ser a veneranda mãezinha ou mesmo um objeto erótico e passa a se reconhecer como uma pessoa, como alguém que viveu (BEAUVOIR, 2019). Perde, então, o posto divino que antes lhe era atribuído.

A menopausa também se configura como questão importante, já que é a confirmação fisiológica do fim da potencialidade reprodutora e dos atributos que a mulher teria adquirido na puberdade, entre os quais se encontra a beleza, mas também a doçura e a passividade. Fabíola Rohden (2001, p. 209), analisando os escritos médicos do final do século XIX sobre o corpo feminino, apresenta que se pensava que a menopausa viria acompanhada de “uma série de incômodos, que podem se aproximar de um verdadeiro estado patológico”, propiciando à mulher uma velhice triste e amargurada. É possível pensar, então, que essa quantidade de infortúnios vivenciados pela mulher na chamada “idade crítica” seria um motivador para seu temperamento supostamente difícil. Por outro lado, Simone de Beauvoir (2019, p. 388) aventa a ideia de que essa mulher, vendo-se velha, busca convencer a si e aos outros de que não o é, e por isso adota um comportamento não compatível com sua idade:

[...] exagera sua feminilidade, enfeita-se, perfuma-se, faz-se toda encanto, graça, pura imanência; admira com um olhar ingênuo e entonações infantis o interlocutor masculino, evoca com volubilidade suas recordações de menina; ao invés de falar, cacareja, bate palmas, ri às gargalhadas. É com sinceridade que representa essa comédia. Pois o interesse novo que dedica a si mesma, o desejo de se arrancar às antigas rotinas e de partir novamente dão-lhe a impressão de que recomeça.

Na visão masculina, essa recusa da mulher em envelhecer possivelmente seria motivo de ridicularização e/ou rejeição, uma vez que sinalizaria uma senhora que não se conforma com o posto em que foi confinada graças à dominação patriarcal. A vivacidade, a ingenuidade e a considerável infantilidade, ao mesmo tempo que proporcionariam à mulher velha um retorno aos “tempos dourados” de sua juventude, seriam para os homens — nesse caso, os genros — antinaturais, risíveis ou, como vemos nas anedotas, irritantes. Michelet (1995), porém, oferece nova visão ao dizer que, em muitos casos, a sogra tentaria conquistar o genro para garantir o bem-estar pleno da filha na vida nova, longe de sua proteção. Contudo, aponta que tais “investidas” poderiam ser mal interpretadas, dando origem a desavenças ou mal-entendidos que poderiam, inclusive, prejudicar o casamento.

Em sentido semelhante, a saída da filha da casa dos pais em razão do casamento era considerada como ponto sensível para a mãe. Ela, que teve toda sua vida destinada e ligada à maternidade, tem a impressão de que o sentido de sua existência se perdeu ao ver o ninho vazio. Nas palavras de Beauvoir (2019), a mãe compreende que é condenada à morte na medida em que vê a vida, antes proporcionada por ela, seguir sem sua participação ou influência. Assim, o casamento, enquanto é para a filha um momento de grande felicidade, para a mãe é a “subversão da existência” (MICHELET, 1995, p. 168). O amor de sua prole também está em disputa, e o rival é justamente o genro, capaz de ocupar todos os pensamentos da moça recém-casada e ameaçando a cumplicidade e a dependência entre as duas mulheres (RABELO, 2015). A mãe atua, então, no sentido de fazer-se amada novamente, ou mais amada que ele, estendendo além da conta sua função de cuidadora. Algumas poderiam acabar, além disso, insurgindo-se contra os genros diretamente, o que certamente provocava neles o intenso incômodo visto a partir das anedotas.

Toda essa dinâmica de manutenção da autoridade e da função maternas entraria em conflito com a própria ideia de dominação masculina (RABELO, 2015). Sendo o marido o senhor da mulher com quem se casara e pai de seus filhos, deveria ser ele o maior detentor de poder dentro da esfera do casamento. A interferência da sogra ameaçava a soberania masculina do esposo, o que era ainda mais grave pelo fato de ser ela uma mulher que se punha a desafiar um homem. Sua insubordinação, unida ao pensamento do esgotamento da função

materna e, portanto, de sua feminilidade, colocava a sogra como um ser desviante tanto por determinação da natureza quanto por sua má conduta em relação ao homem.

Além disso, a sabedoria da sogra, uma mulher mais velha e mais experiente, também é posta com valor negativo, uma vez que é vista como afronta ao homem da casa, o qual, por mais despreparado que seja, detém o título de “chefe”. Assim, seus discursos acabam adquirindo o valor de uma contestação ou mesmo de uma recusa da soberania masculina (BEAUVOIR, 2019). Para resgatarem essa superioridade, os homens se valem da piada depreciativa, das representações constantemente negativas da sogra, não visando pura e simplesmente ridicularizá-la, mas sim diminuindo-as a partir da negação de sua sabedoria e importância.

Por fim, vale nos atentarmos também para o contexto. No século XX, com as já mencionadas modernização e higienização da sociedade e dos costumes, o modelo familiar existente nos séculos anteriores era, por si só, desviante. Composto por marido, mulher, filhos, serviçais, parentes e mesmo alguns agregados (ROCHA-COUTINHO, 1994), era comum que esse modelo de família extensa tivesse a sogra como componente, ajudando a jovem mãe na tarefa da criação. Isso, porém, muda no século XX, em que as famílias nucleares se tornam mais comuns, restringindo a entrada e a participação das sogras em nome de uma pretensa modernização. Esse fato contribui para a percepção da sogra como um elemento que deveria ser afastado em nome do coletivo. As anedotas e demais escritos acabam servindo, então, como um instrumento em prol da reprovação social da família que mantinha a sogra agregada (RABELO, 2015) e mesmo da própria sogra, que tentava a todo custo preservar-se como membro do corpo familiar.

Retornando às anedotas, vê-se constantemente que a morte da sogra era motivo de alegria. Uma delas conta que um aldeão vai reclamar o prêmio a uma sociedade protetora dos animais por ter salvado a vida de um lobo que tinha matado sua sogra. O presidente da instituição, porém, diz que não pode recompensá-lo, uma vez que o homem já havia sido muito feliz “em se ver livre de semelhante carcaça” (CORREIO DE ARACAJU, 6 fev. 1908, p. 1). Em outra, dr. Lacerda proíbe o filho de ir ao enterro da avó materna e diz: “ante-hontem foste ao teatro, hontem ao jardim Botânico, e hoje queres ir a enterro? Não; basta de tanto divertimento” (CORREIO DE ARACAJU, 23 ago. 1908, p. 3). Em mais um chiste, um médico recentemente diplomado é perguntado sobre o primeiro cliente. Dizendo que foi “felicíssimo” ao tratar a sogra de um tal Thadeu, informa, ao ser perguntado se a salvou da morte: “Não, morreu... Um generoso, o Thadeu, um generoso.” (CORREIO DE ARACAJU, 20 mar. 1910, p. 1).

Era, aliás, grande infortúnio se a sogra se salvasse da morte. Perguntado sobre a diferença entre um acidente e uma desgraça, um homem responde: “minha sogra cae no mar... é um accidente; alguem a salva... eis uma desgraça” (CORREIO DE ARACAJU, 2 jul. 1908, p. 1). Em outro caso, um rapaz pergunta sobre o médico do amigo porque precisa acudir a sogra moribunda. O amigo lhe diz, porém, para procurar outro, “porque é a elle que a minha sogra deve-o estar viva!” (CORREIO DE ARACAJU, 27 jun. 1909, p. 1). Há inclusive aqueles que se recusam a salvar suas sogras, como é o caso retratado em uma anedota em que a sogra, afogando-se durante um banho de rio, exclama “pelo amor de Deus, pesque-me!”. O genro, descrito como “cumpridor da lei” na piada, responde: “Não posso salvar-a infelizmente, porque é prohibida a pesca neste rio...” (CORREIO DE ARACAJU, 19 jun. 1910, p. 1).

É vívida, nessas piadas, a violência direcionada às sogras e o descaso com suas vidas. A morte dessa mulher, ao ser retratada como motivo de alegria, reforça o pensamento de que sua ausência era mais salutar ao genro, mas também que a vida de uma mulher que não mais pode cumprir o destino biológico vale muito pouco. Evidentemente, uma vez que é um jornal gerido por homens, não se veicula a ideia de oposição entre sogras e noras. No entanto, questionamos: caso essa perspectiva fosse apresentada, as noras apresentariam uma violência tão visível quanto a dos genros? E em que medida esses discursos e esses imaginários seriam diferentes daquele construído pelo masculino? Fazer tais questionamentos é importante para pôr em perspectiva como as representações construídas pelo patriarcado e pela burguesia acabam se fazendo notar nos discursos veiculados.

Enfim, neste capítulo, vimos o complexo imaginário sobre a mulher que era o oposto da ideal. Vale considerar, porém, que os comportamentos desviantes criticados e satirizados representam, sim, condutas que poderiam ocorrer em sociedade. Desse modo, apresentariam-se como imagens do cotidiano, não no diálogo ou nas histórias contadas, mas sim pelo fato de mostrarem que a mulher nem sempre atendia às ideias e normas do grupo dominante. Sendo humanas, e não um Anjo perfeito, uma mãe santificada ou possuidora de eterna juventude, eram passíveis de desvios que, embora comuns, não eram considerados normais ou naturais pela sociedade. As representações, contudo, agiam no sentido de proibi-los, visando a garantia do poder masculino a partir da violência simbólica vista nos escritos analisados. Tal violência, às vezes sutil, às vezes escancarada, se viu constantemente através das anedotas, as quais, como já discutimos, auxiliam na divulgação de um discurso proibido, geralmente recheado de generalizações e preconceitos.

É curioso perceber, ainda, que a maioria das personagens femininas vistas nas anedotas e demais textos não têm nome. Em outras palavras, não têm identidade e por isso acabam sendo definidas e ridicularizadas por suas péssimas condutas, corporizando uma ideia que dita às mulheres um discurso de “não entrem neste molde”, mas que, ao mesmo tempo, traz o pensamento de que toda e qualquer mulher é capaz desse comportamento desviante. Assim, reforça-se o pensamento de que não somente a sociedade deveria mirar e balizar o comportamento feminino, mas que as próprias mulheres deveriam se autovigiar.

Em suma, enquanto a mulher ideal é tudo aquilo que o homem quer que ela seja, a desviante é tudo aquilo que ele *não* quer que ela seja. Assim como no capítulo anterior, permitiu-se compreender como a visão da mulher, norteadada pelo Sujeito, é construída de modo que sirva como mecanismo de controle. Nesse caso, porém, viu-se que modelos *não* seguir, o que propiciou o entendimento de que a personagem sem rosto que é a mulher ideal é apenas uma face da moeda em que a mulher desviante também se encontra. Uma não pode existir sem a outra, uma vez que é sempre necessário trazer exemplos do “certo” e do “errado” de acordo com a visão norteadora. Balizando caminhos, condenando condutas, a mulher desviante é, ao mesmo tempo, um aviso e um retrato de como as próprias mulheres subvertiam o poder dominante. Provocando alarme e incômodo, eram combatidas com uma ferocidade que, apesar do humor e da ocasional sutileza, configura-se como violência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho foi possível compreender como as representações, ou seja, os significados construídos a respeito de um determinado grupo, foram utilizadas no sentido de garantir a dominação masculina e burguesa sobre as mulheres. Tal imaginário, como investigamos, pautou-se, principalmente, no discurso burguês, higienista e modernizador, o qual muito se baseou em justificativas médico-científicas para criar a ideia de uma feminilidade a-histórica. A partir disso, desenvolveu-se a visão da “mulher ideal”, que se tornaria uma norma apta a delimitar comportamentos, funções e mesmo padrões de beleza no interior da sociedade em questão. As mulheres que não seguissem esse modelo eram desviantes, sendo vistas como dignas de repúdio ou ridicularização sociais.

O *Correio de Aracaju*, atuando como replicador do pensamento burguês e amplificador de tais representações, muito auxiliou na divulgação e solidificação desses discursos. A partir das seções aqui analisadas — *Gabinete de riso, Pensamentos, Recreio das moças, poemas avulsos e algumas notícias* — identificou-se que as visões sobre as personagens femininas apareciam em múltiplos formatos, o que auxiliava na complexidade e solidez do imaginário construído. Do mesmo modo, as normativas sociais atingiam diversos âmbitos das vidas das mulheres, tornando possível identificar as concepções sobre a personagem bela e pura, a esposa perfeita e a mãe formadora, apaixonada e abnegada, no caso da mulher ideal; e no que se refere à desviante, vimos a de pouca inteligência, a astuta, a feia, a velha, a esposa insubmissa, a gastadeira e a sogra insuportável. Nesse sentido, nota-se que as representações sobre as mulheres compunham uma intrincada rede, a qual servia para manter a soberania do patriarcado e os papéis de gênero bem assegurados.

Esse estudo não almeja esgotar o tema de pesquisa, mas sim contribuir para sua composição e investigação no meio acadêmico. Evidentemente, devido à pluralidade de representações construídas sobre as personagens femininas, acabamos negligenciando outras tantas que careciam de atenção. Aquelas sobre a “solteirona”, a viúva ou a prostituta são algumas das que também ajudam a elucidar outros aspectos da dominação masculina e que merecem ter espaço dentro da academia para seu desenvolvimento. Além disso, a visão da mulher consumidora, unida àquela da dona de casa que gere o orçamento, também merece ser explorada, investigando-se os anúncios de produtos comumente direcionados para mulheres e sua relação com algumas das representações expostas neste trabalho.

A investigação sobre as permanências e mudanças desse discurso nos anos posteriores se faz relevante, podendo contribuir para o entendimento sobre a história das representações femininas no decorrer do século XX e, claramente, para a História das Mulheres e estudos de gênero. Do mesmo modo, também importa investigar os escritos das próprias mulheres nos jornais sergipanos, averiguando seu espaço, o conteúdo de suas falas e em que medida se associam às concepções dominantes. Assim será possível reduzir ainda mais a lacuna historiográfica, complementando os estudos já existentes e oferecendo novas perspectivas e questionamentos para a História. Troca-se, portanto, a posição ocupada pelo Outro, as mulheres, colocando-as em foco e, espera-se, possibilitando mobilidade de seu posto “em papel”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Acrísio Torres. **A imprensa em Sergipe**. Vol. 1. Brasília: Gráfica do Senado, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos** (vol. 1). 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abril, 1991.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

EWALD, Ariane P. et al. Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia. In FERREIRA, Tania Maria Bessone da C, MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (orgs). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Faperj, 2006.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da C, MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (orgs). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Faperj, 2006.

JACÓ-VILELA, Ana Maria, OLIVEIRA, Leandra Sobral. A mulher nas narrativas do saber médico na transição entre os séculos XIX e XX. **Quaderns de psicologia**, Barcelona, v. 19, n. 3, pp. 241-251. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1390>

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. História nos, dos e por meio dos periódicos. *In* PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MICHELET, Jules. **A mulher.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MOREAU, Thérèse. A bela é a fera (prefácio). *In* MICHELET, Jules. **A mulher.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MOTTA, Alda Britto da. Elas começam a aparecer... *In* PEDRO, Joana Maria, PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. *In* PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil.** 7a ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PEDRO, Joana Maria, PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2020.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história.** Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. *In* PEDRO, Joana Maria, PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2020.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua: análises linguísticas de piadas.** Campinas: Mercado de Letras, 1998.

PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil.** 7a ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

RABELO, Aline Augusta Rocha. **Gracejando as filhas de Eva: a mulher burguesa em anedotas oitocentistas.** Tese (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2015.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. "Sempre bela". In PEDRO, Joana Maria, PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular – Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7a ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WOOLF, Virgínia. Profissões para mulheres. In: **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

SITES

ALBERTO de Oliveira. **Academia Brasileira de Letras**, s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/alberto-de-oliveira/biografia>

CLAUDIO Manuel da Costa. **Academia Brasileira de Letras**, s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/claudio-manoel-da-costa/biografia>

CRUZ e Sousa. **Literafro**, 2022. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/206-cruz-e-sousa>

FANGUEIRO, Maria do Sameiro. Gonçalves Crespo. **Biblioteca Nacional Digital**, s. d. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/hermes-fontes/>

FANGUEIRO, Maria do Sameiro. Hermes Fontes. **Biblioteca Nacional Digital**, s. d. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/hermes-fontes/>

LUÍS Guimarães Júnior. **Academia Brasileira de Letras**, s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/luis-guimaraes-junior/biografia>

MIRANDA, Antonio. Belmiro Braga. **Antonio Miranda**, 2010. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/minas_gerais/belmiro_braga.html

POETAS alagoanos. **Blog do Etevaldo**, s. d. Disponível em:
<http://blogdoetevaldo.blogspot.com/p/a-poesia-de-alagoas.html>

RAUL Pompeia. **Academia Brasileira de Letras**, s.d. Disponível em:
<https://www.academia.org.br/academicos/raul-pompeia/biografia>

ROCHA, Levy. Virgílio Vidigal. **Morro do Moreno**, 2021. Disponível em:
<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/virgilio-vidigal-por-levy-rocha.html>

SÉRIE biografia dos Desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe. **Serigy: a história de um povo**, 2008. Disponível em:
http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=329&titulo=biblioteca_virtual

FONTES CONSULTADAS

Jornal “Correio de Aracaju”

a. Poemas

Ano I, N1, 24 de outubro de 1906.

Ano II, N20, 13 de janeiro de 1907.

Ano II, N38, 14 de março de 1907.

Ano II, N41, 24 de março de 1907.

Ano II, N54, 8 de maio de 1907.

Ano II, N104, 7 de novembro de 1907.

Ano III, N169, 2 de julho de 1908.

Ano IV, N234, 18 de fevereiro de 1909.

Ano IV, N260, 23 de maio de 1909.

Ano IV, N264, 6 de junho de 1909.

Ano V, N381, 10 de abril de 1910.

Ano V, N432, 22 de julho de 1910.

b. Pensamentos

Ano II, N20, 10 de janeiro de 1907.

Ano II, N44, 7 de abril de 1907.

Ano II, N57, 19 de maio de 1907.

Ano III, N119, 1 de janeiro de 1908.

Ano III, N125, 23 de janeiro de 1908.

Ano III, N152, 30 de abril de 1908.

Ano III, N177, 30 de julho de 1908.

Ano III, N180, 9 de agosto de 1908.

Ano V, N364, 20 de fevereiro de 1910.

Ano V, N402, 8 de abril de 1910.

Ano V, N411, 29 de maio de 1910.

Ano V, N459, 23 de setembro de 1910.

Ano V, N466, 9 de outubro de 1910.

c. Gabinete de riso

Ano I, N14, 13 de dezembro de 1906.

Ano II, N29, 10 de fevereiro de 1907.

Ano II, N49, 21 de abril de 1907.

Ano II, N52, 2 de maio de 1907.

Ano II, N103, 3 de novembro de 1907.

Ano III, N122, 12 de janeiro de 1908.

Ano III, N129, 6 de fevereiro de 1908.

Ano III, N134, 23 de fevereiro de 1908.

Ano III, N135, 27 de fevereiro de 1908.

Ano III, N138, 8 de março de 1908.

Ano III, N141, 19 de março de 1908.

Ano III, N143, 25 de março de 1908.

Ano III, N154, 7 de maio de 1908.

Ano III, N157, 17 de maio de 1908.

Ano III, N169, 2 de julho de 1908.

Ano III, N184, 23 de agosto de 1908.

Ano IV, N228, 28 de janeiro de 1909.

Ano IV, N237, 28 de fevereiro de 1909.

Ano IV, N244, 25 de março de 1909.

Ano IV, N245, 28 de março de 1909.

Ano IV, N270, 27 de junho de 1909.

Ano IV, N293, 10 de setembro de 1909.

Ano IV, N328, 21 de novembro de 1909.

Ano V, N352, 23 de janeiro de 1910.

Ano V, N364, 20 de fevereiro de 1910.

Ano V, N375, 20 de março de 1910.

Ano V, N387, 24 de abril de 1910.

Ano V, N411, 29 de maio de 1910.

Ano V, N420, 19 de junho de 1910.

Ano V, N469, 19 de outubro de 1910.

Ano V, N486, 27 de novembro de 1910.

Ano V, N489, 4 de dezembro de 1910.

d. Notícias

Ano I, N1, 24 de outubro de 1906.

Ano II, N112, 5 de dezembro de 1907.

e. Historietas e demais textos

Ano II, N44, 7 de abril de 1907.

Ano IV, N297, 19 de setembro de 1909.

Ano V, N362, 16 de fevereiro 1910.

Ano V, N365, 23 de fevereiro de 1910.

Ano V, N369, 6 de março de 1910.